

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES Nº 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23746.001514/2019-91

TIPO: MAIOR DESCONTO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09/05/2019.

HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal): às 09:00hrs (Horário de Brasília)

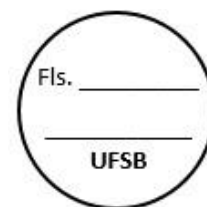
LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMAS E PEQUENOS REPAROS.

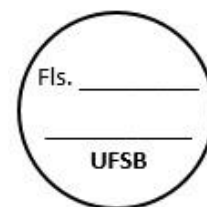
MODO DE DISPUTA: ABERTO

ÍNDICE

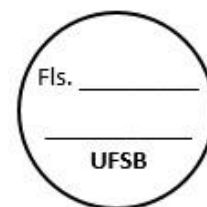
1 – DO OBJETO E VALOR ESTIMADO.....	5
2 - DO MODO DE DISPUTA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	5
3 – DA PARTICIPAÇÃO	7
4 – DO CREDENCIAMENTO	9
5 – DO ENVIO DA PROPOSTA.....	10
6 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	11
DAS DECLARAÇÕES.....	12
7 – DA SESSÃO PÚBLICA	12
8 – DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.....	13
9 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA PARA A FASE DE LANCES	13
10 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES	13
DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	15
11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	16
12 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS.....	18



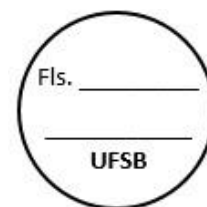
13 – DA HABILITAÇÃO	21
14- DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DA HABILITAÇÃO	27
15 - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS – CAPACIDADE TÉCNICA	27
16 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	29
17 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	30
18 – DO ENCERRAMENTO.....	31
19 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	31
20 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA.....	32
21 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	33
22- DA REVISÃO DE PREÇOS	34
23 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO	35
24 – DO PRAZO CONTRATUAL E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	35
25 – DO PAGAMENTO	38
26 – DA GARANTIA	38
27 – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO	40
28– DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	40
29 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	43
ANEXO I -PROJETO BÁSICO	46
1 - OBJETO.....	47
2. OBJETIVO DO PROJETO BÁSICO	47
3. PERÍODO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO	48
4. CUSTO ESTIMADO DO CONTRATO.....	48
5 - TERMINOLOGIA	49
6 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.....	50
7 - DA ADOÇÃO DO RDC E DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO	54
8 - DA NÃO ADOÇÃO DO IRP – INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO	55
9 - LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS	56
10 - CONDIÇÕES GERAIS	57
11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	61



12	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	68
13	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO	69
14	DOS PAGAMENTOS.....	70
15	RESPONSÁVEL PELO PROJETO E UNIDADE FISCALIZADORA	71
16	RESPONSÁVEL PELO ELABORAÇÃO DESTE PROJETO BÁSICO	71
ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS		72
1 –	DA VIGÊNCIA.....	72
2 –	DO REGISTRO DE PREÇOS	72
3 –	DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO	73
4 –	CONTROLE E REVISÃO DE PREÇOS	74
5 –	DA CONTRATAÇÃO	75
6 –	DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	75
7 –	DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS	75
8 –	DO PROJETO BÁSICO	77
9 –	DO FORO	77
ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO		78
CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO DO CONTRATO		78
CLÁUSULA 2ª – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO		79
CLÁUSULA 3ª – DO PREÇO.....		79
CLÁUSULA 4ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....		79
CLÁUSULA 5ª – DO PAGAMENTO.....		79
CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA		80
CLÁUSULA 7ª – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO		80
CLÁUSULA 8ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE		80
8.1. AS OBRIGAÇÕES REFERENTES À CONTRATADA E À CONTRATANTE SE ENCONTRAM ELENCADAS NO ITEM 10.5 E 10.6 DO PROJETO BÁSICO, RESPECTIVAMENTE.....		80
CLÁUSULA 9ª – DA SUBCONTRATAÇÃO		80
CLÁUSULA 10ª – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA		81
CLÁUSULA 11ª – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS		81
CLÁUSULA 12ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES.....		81



CLÁUSULA 13ª – DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO DAS REFORMAS	81
CLÁUSULA 14ª – DAS VEDAÇÕES	82
CLÁUSULA 15ª – DA RESCISÃO	82
CLÁUSULA 16ª – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS E DOS CASOS OMISSOS	84
CLÁUSULA 17ª – DA PUBLICAÇÃO.....	84
CLÁUSULA 18ª – DO FORO	84
ANEXO IV – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS	86
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL	87
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA AOS LOCAIS DA EXECUÇÃO DAS REFORMAS E DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DA LICITAÇÃO	88
ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA.....	89
ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI.....	90
ANEXO IX – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS	91
ANEXO X – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	92
ANEXO XI – LISTA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES DA UFSB.....	93



RDC Nº 01/2019 – Sistema De Registro De Preços

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23746.001514/2019-91

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA – UFSB, CNPJ: 18.560.547/0001-07, torna público que, por intermédio de sua Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria nº 43/2019-PROPA, de 12/03/2019, promoverá licitação na modalidade **REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇO**, do tipo **MAIOR DESCONTO**, com a finalidade selecionar a melhor proposta para o seu objeto, definido logo abaixo, o qual se regerá pelas disposições contidas na Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011, e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (nos casos expressamente previstos na Lei nº 12.462), no Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, no Decreto Federal nº 7.893/2013, de 08 de abril de 2013 e pela Instrução Normativa nº 02/2010 - MPOG/SLTI, de 11 de outubro de 2010 e normas deste edital e instrumento contratual, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus ANEXOS, em conformidade com a autorização contida no respectivo processo administrativo.

1 – DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

2. Disposições relativas ao Objeto e Valor Estimado.

4.1 Descrição do objeto: **Contratação de empresa especializada em engenharia para eventual prestação de serviços de reformas e pequenos reparos, para atender às necessidades da UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB) em sua Reitoria, nos campi e Colégios Universitários (CUNIS)**, tudo de acordo com as exigências, condições, especificações e demais elementos técnicos constantes neste Edital e respectivos ANEXOS.

2.3. Valor estimado: **R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões).**

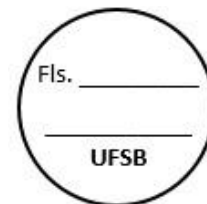
2.3.1.1. O valor estimado, embora seja consequente de levantamento promovido pela Instituição, baseado nas necessidades que se prevê para o futuro, servirá de subsídio para que a licitante formule sua proposta, não constituindo, entretanto, qualquer compromisso entre ela e a UFSB, podendo o mesmo ser executado no todo ou em parte.

2.3.1.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis no sítio www.comprasnet.gov.br. Peças gráficas e componentes técnicos estão disponíveis no sítio <https://www.ufsb.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes>

2 - DO MODO DE DISPUTA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1 O modo de disputa da presente licitação será o **ABERTO**, (arts. 16 e 17, inciso i, da lei nº 12.462/2011, combinado com os arts. 8º, inciso III, 15 e 18 a 21, do decreto nº 7.581/2011);

2.2 O Critério de Julgamento será o de **MAIOR DESCONTO** (art. 18, inciso I, da Lei nº 12.462/2011). O valor a ser registrado junto ao sistema, entretanto, deverá



ser o resultado em reais do desconto pretendido pelo licitante, o qual incidirá no valor de referência previsto no subitem 2.3, qual seja R\$4.000.000,00. A título de demonstração, caso o licitante pretenda ofertar um percentual de 10% de desconto, ele deverá registrar a proposta ou seu lance, conforme o caso, no valor de R\$3.600.000,00 (4.000.000,00 – 10% = 3.600.000,00), tendo em vista a operacionalização do presente RDC na plataforma do pregão.

2.2.1 Para avaliação do percentual referente ao **MAIOR DESCONTO**, será analisado o percentual total de desconto aplicado linearmente à coluna “Preço Unitário com BDI-PEO” da planilha orçamentária apresentada em anexo.

2.2.2 O percentual de desconto ofertado deverá ser calculado pela fórmula abaixo:

$$\text{Percentual de Desconto} = \{1 - [\text{POL}(\text{com BDI})/\text{PEO}(\text{com BDI})]\} \times 100$$

Onde:

POL(com BDI) corresponde ao PREÇO OFERTADO PELO LICITANTE na coluna “Preço Unitário com BDI-POL”

PEO (com BDI) corresponde ao PREÇO ESTIMADO PELO ÓRGÃO na coluna “Preço Unitário com BDI-PEO”

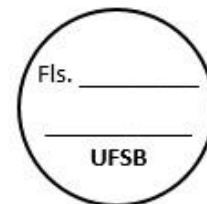
2.2.3 O percentual de desconto a ser apresentado pelos licitantes para a PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA deverá, OBRIGATORIAMENTE, incidir LINEARMENTE sobre todos os preços unitários com BDI, sendo o desconto estendido aos eventuais termos aditivos;

2.2.4 O PREÇO UNITÁRIO COM BDI é aquele resultante da composição dos custos unitários, inclusive encargos sociais, dos serviços listados na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA utilizada pela Instituição, acrescida do percentual de BDI de referência;

2.3 A licitante deverá calcular seu BDI com base na fórmula apresentada no arquivo ANEXO, obedecendo ao disposto no Acórdão nº. 2622/2013, do TCU, podendo até mesmo ultrapassar o limite do cálculo considerado pela UFSB para serviços e para fornecimento de materiais e equipamentos, desde que o valor unitário proposto para cada serviço seja igual ou inferior ao orçado pela UFSB, em conformidade com o acórdão 1.804/2012 do TCU;

2.4 O detalhamento dos ENCARGOS SOCIAIS deverá ser apresentado conforme modelo de detalhamento apresentado no arquivo ANEXO IX – ENCARGOS SOCIAIS;

2.5 Nos PREÇOS UNITÁRIOS COM BDI deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos ou impostos, encargos sociais, encargos complementares (alimentação, transporte, seguros, EPs, ferramentas, exames médicos), trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete,



seguro, depreciação de instalações e equipamentos da contratada, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

2.6 A diferença percentual entre o valor final do contrato e o obtido a partir dos custos do orçamento estimado pela UFSB não poderá ser reduzida em favor do contratado, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3. Disposições relativas às condições de participação.

3.1. Poderão participar deste RDC os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico, por meio do site www.comprasnet.gov.br.

3.2. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral, que permite a empresa participar da modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica, bem como na Cotação Eletrônica ([IN nº 2/2010 da SLTI-MPOG](#), art. 11, *caput*).

3.2.1. O ramo de negócio da empresa poderá ser comprovado mediante consulta no SICAF.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para as sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4. Não poderão participar desta licitação as empresas que:

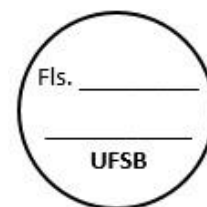
I. tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

II. tenham sido suspensas temporariamente de participar de licitação e celebrar contratos com esta Instituição, nos termos do [art. 87, incisos III e IV da Lei nº 8.666/1993](#);

III. estejam legalmente impedidas de participar de licitação e celebrar contratos com a Administração Pública Federal, nos termos do [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](#), por força de ato da autoridade superior;

IV. concordatárias ou em processo de falência, de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, excetuado os que tenham seu plano de recuperação judicial acolhido, conforme o Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, de 26/06/2015, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

V. tenham sido constituídas com o mesmo objeto e por qualquer um dos sócios e/ou administradores de empresas declaradas inidôneas, após aplicação dessa sanção e no prazo de



sua vigência, nos termos do subitem 9.5.3 do **Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 495/2013 – Plenário**;

VI. estejam proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do [art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/1998](#);

VII. sejam sociedades empresárias estrangeiras e que não funcionem no país;

VIII. tenham seu contrato social não pertinente ou compatível com o objeto deste RDC;

IX. possuam débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho ([Inciso V do art. 29, da Lei nº 8.666/1993](#)), com redação dada pela [Lei nº 12.440/2011](#);

X. possuam em seu quadro societário servidor ou dirigente vinculado à instituição CONTRATANTE ou pessoa que, ainda que não tenha vínculo, seja responsável pela promoção deste RDC; e também com pessoas que mantenham vínculo familiar com o servidor, o dirigente ou a pessoa responsável anteriormente mencionados, conforme recomendações inseridas no [Dec. nº 7.203/2010](#) e **Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 2599/2011 – Plenário**, publicado no DOU em 28/09/2011;

XI. estejam atuando na condição de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, porquanto tal agir implica ofensa à [Lei n. 9.790/1999](#), nos termos do **Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 746/2014 – Plenário**, publicado no DOU em 03/04/2014.

XII. Cooperativas de qualquer natureza.

XIII. Pessoa física ou jurídica que elaborar o projeto de engenharia;

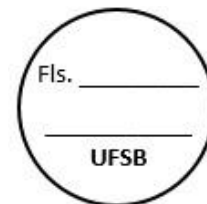
XIV. Entidade empresarial responsável pela elaboração de qualquer projeto básico ou executivo constante deste edital e anexos ou da qual o autor seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

XV. Empresa cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo, administrativo ou sócios, pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de uma empresa, que esteja participando desta licitação;

XVI. Caso seja constatada tal situação, ainda que a posteriori, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incurso nas sanções previstas no Art. 47 da lei 12.462/2011.

XVII. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços, fornecimento e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários;

XVIII. Servidor público ou ocupante de cargo em comissão da UFSB ou responsável pela licitação;



3.5. A participação na presente licitação dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante. ([Dec. nº 5.450/2005, art. 21, § 1º](#)).

3.6. Caberá à licitante:

I. responsabilizar-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por intermédio de seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico (SLTI-MPOG) ou ao órgão promotor da licitação (UFSC) responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros; ([Dec. nº 5.450/2005, art. 13, III](#))

II. acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. ([Dec. nº 5.450/2005, art. 13, IV](#))

4 – DO CREDENCIAMENTO

4. Disposições relativas ao Credenciamento da licitante.

4.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico – [Portal de Compras do Governo Federal](#), conforme [Dec. nº 5.450/2005, art. 3º, § 1º](#).

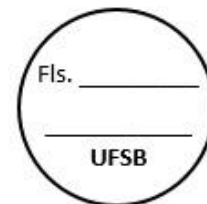
4.3.1. A empresa obterá a chave de identificação e senha pessoal junto à SLTI/MPOG, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização do sistema.

4.4. Deverão ser previamente credenciados perante o provedor deste sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, presidente, os membros da Comissão e as licitantes que irão participar do RDC eletrônico.

4.4.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica ([Art. 3º, § 6º, do Dec. nº 5.450/2005](#)).

4.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFSC (promotora da licitação) responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros ([Art. 3º, § 5º, do Dec. nº 5.450/2005](#)).

4.6. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema deve ser realizada pela empresa líder do consórcio.



5 – DO ENVIO DA PROPOSTA

5. Disposições relativas à Proposta de Preços.

5.3. Após a divulgação do presente Edital no [Portal de Compras do Governo Federal](#), a licitante deverá encaminhar a proposta com a descrição do objeto ofertado e especificação do respectivo preço e, se for o caso, o respectivo anexo, **até a data e hora marcadas para abertura da sessão pública**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, será automaticamente encerrada a fase de recebimento de propostas. ([Dec. nº 5.450/2005, art. 21, caput](#))

5.3.1. O sistema eletrônico a que se refere o item anterior é provido pela SLTI-MPOG e pode ser acessado através do [Portal de Compras do Governo Federal](#).

5.3.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.4. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada ([Dec. nº 5.450/2005, art. 21, § 4º](#)).

5.5. No cadastramento e envio da proposta, a licitante deverá observar obrigatoriamente o seguinte:

I. todos os valores, preços e custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional. ([Lei nº 8.666/93, art. 5º, caput](#))

II. verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do presente Edital e com os preços correntes no mercado. ([Lei nº 8.666/93, art. 43, IV](#))

III. qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no presente Edital e respectivos anexos;

IV. descrição detalhada de cada item do objeto do presente rdc, **de forma a constar sua especificação completa**, conforme Comunicado nº 049443 da SLTI/MPOG;

V. o preço ofertado de cada item do objeto do presente RDC deverá contemplar todos os insumos necessários à sua consecução;

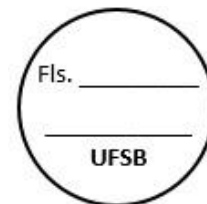
VI. prazo de validade da proposta informado pela licitante e **não inferior 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação em sessão pública**;

VII. prazo de execução do objeto informado pela licitante **não superior** ao prazo determinado no *Projeto Básico*;

VIII. a apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas no presente Edital e respectivos anexos;

IX. a inobservância do preenchimento correto das especificações de determinado item do objeto licitado implicará a desclassificação da proposta em relação a este item;

X. será desclassificada a proposta que não atender às exigências do presente Edital, forem



omissas ou apresentem irregularidades insanáveis;

5.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.7. Decorrido o prazo de validade da proposta, sem convocação para contratação, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.8. O licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a Cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e o Microempreendedor Individual deverão informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.9. O licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá declarar sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no sistema Comprasnet.

5.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa que faz jus ao tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123, de 2006, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6. Disposições relativas à Impugnação do Ato Convocatório e do Pedido de Esclarecimento.

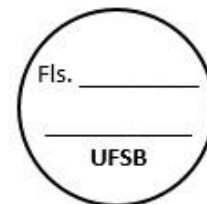
6.3. Qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimento sobre o presente Edital em **até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública**, conforme o artigo 45, inciso I, alínea b, do Dec. nº 12.462/2011, por forma eletrônica, através do sistema, ou através do e-mail da Coordenação de Compras e Patrimônio licitacao.ufsb@gmail.com., assim também como por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Itabuna, s/n, Rod. Ilhéus – Vitória da Conquista, km 39, BR 415, Ferradas, Itabuna-BA, CEP 45613-204.

6.3.1. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

6.3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.3.3. Caberá à Comissão, auxiliada pela área técnica responsável, decidir sobre a impugnação ou pedido de esclarecimento no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas (Dec. nº 5.450/2005, art. 18, § 1º).

6.3.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame (Dec. nº 5.450/2005, art. 18, § 2º).



6.4. Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas através do telefone (73) 3616-2358.

DAS DECLARAÇÕES

6.5. A licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, no momento da elaboração e envio da proposta eletrônica, as seguintes declarações:

I. declaração de **inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação**, em cumprimento à exigência contida no [§ 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993](#);

II. declaração de **elaboração independente de proposta**, consoante determinação contida na [IN nº 02/2009-SLTI/MPOG](#), conforme sugere o modelo constante no Anexo I da referida instrução normativa;

III. declaração de **ciência e concordância** com todas as condições contidas no Edital e respectivos anexos;

IV. declaração de que **não ultrapassou o limite de faturamento** e cumpriu os requisitos estabelecidos no [art. 3º da LC 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42º ao 49º da referida Lei Complementar (**apenas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**);

V. declaração de que não emprega **menores de 18 (dezoito) anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem **menores de 16 (dezesesseis) anos** em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, **a partir dos 14 (quatorze) anos.** ([Lei nº 9.854/1999](#)).

VI. Declaração de que não possui em cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º CF/1988.

6.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no [Dec. nº 5.450/2005](#). ([art. 21, § 3º deste decreto](#)).

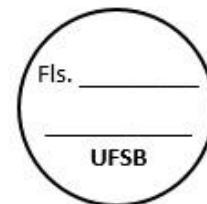
7 – DA SESSÃO PÚBLICA

7. Disposições relativas à Sessão Pública.

7.1. A abertura da sessão pública deste RDC, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, via sistema eletrônico provido pela SLTI-MPOG, através do [Portal de Compras do Governo Federal](#).

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do referido sistema eletrônico.

7.3. Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, motivadamente, informando no



“chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8 – DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8. Disposições relativas às propostas de preços.

8.1. A partir da data e hora mencionadas e consoante as condições estabelecidas neste Edital e respectivos anexos, terá início à sessão pública do presente RDC, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances, de acordo com o [Dec. nº 5.450/2005](#).

9 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA PARA A FASE DE LANCES

9. Disposições relativas à Aceitação da Proposta para Fase de Lances.

9.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital e respectivos anexos ([Dec. nº 5.450/2005, art. 22, § 2º](#)), sobretudo em relação à execução do objeto deste RDC.

9.2. É de preenchimento obrigatório o campo “descrição detalhada do objeto ofertado”; a inobservância desta obrigação implicará a desclassificação do item da proposta.

9.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4. Também serão desclassificadas as propostas que forem omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

9.5. Não será classificada para a FASE DE LANCES a proposta que:

9.5.1. Deixar de apresentar quaisquer das informações ou documentos pertinentes e exigidos no item 7 deste Edital;

9.5.2. Apresentar qualquer oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

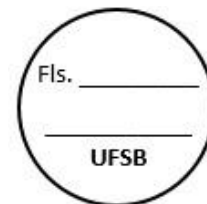
9.6. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes ([Dec. nº 5.450/2005, art. 22, § 3º](#)).

9.7. O sistema eletrônico ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance. ([Dec. nº 5.450/2005, art. 23](#)).

9.8. As propostas que atenderem a todas as exigências do Edital e respectivos anexos serão classificadas para a etapa de oferta de lances.

10 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

10. Disposições relativas à Formulação de Lances.



10.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico ([Dec. nº 5.450/2005, art. 24, caput](#)). A licitante será imediatamente informada do recebimento dos seus lances, ou seja, do horário e valor consignados no registro de cada lance ([Dec. nº 5.450/2005, art. 24, § 1º](#)).

10.2. O lance a ser ofertado deverá incidir como um percentual de desconto sobre **TODOS** os preços da planilha orçamentária de referência, de modo linear, conforme modelo disposto na Planilha de Proposta, **ANEXO III**.

10.3. Durante o transcurso da sessão, os licitantes terão informações, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante;.

10.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade dos licitantes, não lhes cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.5. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir justificadamente lances cujos valores sejam manifestamente inexequíveis.

10.6. Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados os lances intermediários cujos percentuais de desconto forem iguais ou superiores ao desconto já ofertado e registrado no sistema pela própria licitante;

10.7. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados. ([Dec. nº 5.450/2005, art. 24, § 10](#)).

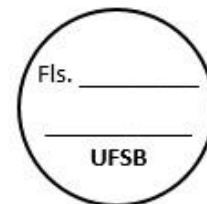
10.7.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7.2. Quando a **desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do RDC na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação ([Dec. nº 5.450/2005, art. 24, § 11](#)).

10.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro ([Dec. nº 5.450/2005, art. 24, § 6º](#)). O sistema eletrônico encaminhará AVISO de fechamento iminente dos lances, **após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances** ([Dec. nº 5.450/2005, art. 24, § 7º](#)).

10.9. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do presente Edital ([Dec. nº 5.450/2005, art. 25, caput](#)).

10.9.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada ([Dec. nº 7.892/2013, art. 10, caput](#)). A apresentação destas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante



mais bem classificada ([Dec. nº 7.892/2013, art. 10, Parágrafo único](#)).

10.9.2. Após o **encerramento** da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no presente Edital e respectivos anexos (Dec. nº 5.450/2005, art. 24, § 8º).

10.9.3. A **negociação** será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes (Dec. nº 5.450/2005, art. 24, § 9º).

10.9.4. O valor do desconto apresentado na proposta não poderá resultar em preços unitários superiores aos preços unitários constantes no orçamento apresentado pela UFSB.

DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.10. Será assegurada nesta licitação, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em conformidade com a LC nº 123/2006.

10.10.1. O ***empate real*** acontece quando mais de uma proposta apresenta o mesmo valor.

10.10.2. Na modalidade RDC, leva-se em conta o ***empate ficto***, que são aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas **Microempresas – ME** e **Empresas de Pequeno Porte – EPP** podem ser **até 10% (dez por cento) superiores** à proposta mais bem classificada de empresas de médio ou grande porte (LC nº 123/2006, art. 44).

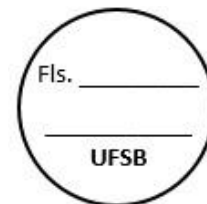
10.11. Sempre que ocorrer ***empate real*** entre propostas de **ME** e **EPP** e não houver lances, permanecendo empatadas em primeiro lugar, o sistema eletrônico procederá, de forma automática, ao sorteio, encaminhando imediatamente mensagem, via *Chat*, identificando o fornecedor sorteado pelo seu **CNPJ** e denominação. Esse procedimento não altera em nada o ***empate ficto***, quando as **ME** e **EPP** poderão enviar último lance para o desempatar com as propostas e lances das empresas de médio e grande porte.

10.12. Após a fase de lances, o sistema eletrônico identificará em coluna própria e por ordem de classificação das propostas das **ME** e **EPP** participantes, comparando os respectivos valores com os valores da proposta primeira colocada da empresa de médio ou grande porte.

10.13. Após a fase de lances, quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por **ME** ou **EPP** (LC nº 123/2006, art. 45, § 2º) e ocorrer o ***empate ficto***, proceder-se-á da seguinte forma:

I. a **ME** ou **EPP** *mais bem classificada* poderá, **no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema eletrônico**, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste RDC;

II. não sendo **CONTRATADA** a **ME** ou **EPP**, na forma do inciso I, o sistema eletrônico, de forma automática, convocará as **ME** e **EPP** remanescentes que se enquadrem no ***empate ficto***,



na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP, conforme o inciso II, o sistema eletrônico fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

IV. a convocada que **não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos**, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006;

V. na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

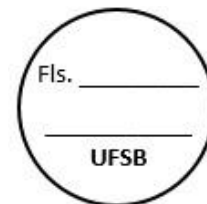
11. Em atendimento as regulamentações oficiais, em especial a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, a UFSB institui que:

11.1. A empresa deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

11.2. Deverá ainda, comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso: a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais; b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata; c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.

11.3. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

11.4. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção



Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

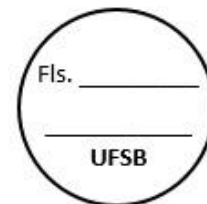
11.5. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, para tanto obriga-se, sob pena de multa previstas neste termo/edital, a apresentar o seu plano de gerenciamento de resíduos da construção civil assinado pelo responsável técnico, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos: a) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.6. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA, sob pena de multa e demais cominações legais, poderá dispor os resíduos originários da contratação nas áreas da UFSB, em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.7. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

11.8. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental: a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte; b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

11.9. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;



11.10. A comprovação do disposto acima deverá ser feita mediante apresentação de declaração, juntamente com os demais documentos habilitatórios, emitida pela própria licitante, que ateste que o bem fornecido cumpre com tais exigências, conforme modelo constante no Anexo V.

12 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

12. Disposições relativas ao Julgamento das Propostas de Preços.

12.1. A proposta de preços do Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada com base nos modelos e condições previstas neste Edital e seus anexos ou documento correspondente, após o encerramento da etapa de lances e enviada por meio do sistema COMPRASNET – opção “enviar anexo”, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** após convocação do presidente e em conformidade com o melhor lance ofertado, com posterior “entrega” do original via correio, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis (considerando-se a data de postagem), contados a partir da data de encerramento da fase de aceitação das propostas. A proposta original deverá ser encaminhada para:

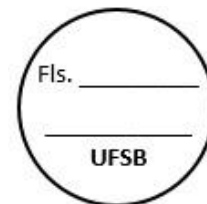
UFSC - PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES, RDC/SRP Nº01/2019 - RUA ITABUNA, S/N, ROD. ILHÉUS - VITÓRIA DA CONQUISTA, KM 39, BR 415, FERRADAS, ITABUNA-BA, CEP 45613-204

12.2. A proposta deverá conter:

12.2.1. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA, com validade mínima de 90 (noventa) dias consecutivos, ajustada ao valor arrematado na fase de lances, assinada, obrigatoriamente, pelo representante legal da licitante, com especificação clara e completa do objeto oferecido, observadas as especificações constantes nos anexos do presente edital, sem conter alternativa de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, contendo necessariamente a declaração expressa de estarem incluídos no preço cotado todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas incidentes sobre o objeto deste RDC, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

12.2.2. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos para efeito de julgamento da mesma;

12.2.3. Planilha Orçamentária sintética adequada ao valor do desconto proposto pela empresa licitante;



12.2.4. Razão social, o CNPJ, a referência ao número do edital do RDC, na forma eletrônica, dia e hora de abertura, o endereço completo, telefone e e-mail para contato, bem como o número de sua conta corrente, o nome do banco e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

12.2.5. Preços unitários e preços unitários com BDI, ajustados ao valor do desconto arrematado na fase de lances, e ao BDI proposto pela licitante expressos em R\$ (reais), com aproximação de duas casas decimais, conforme modelo de referência apresentado no ANEXO VI;

12.2.6. Indicação dos quantitativos e dos custos, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;

12.2.7. Planilha Orçamentária Detalhada, ajustada (s) ao (s) novo (s) valor (es) unitário e global final ofertado (s) na fase de lances, elaborada usando-se duas casas decimais. Sendo que o resultado final, aplicado o desconto deverá ser exato;

12.3. A licitante deverá apresentar em formato PDF e editável, na extensão XLS (EXCEL), juntamente com a proposta de preço, a planilha de Composição de Encargos Sociais, modelo apresentado no Anexo VIII, devidamente preenchida ou uma planilha equivalente de acordo com a fornecida pelo SINAPI que possa retratar fielmente seus encargos;

12.4. A licitante deverá enviar toda a documentação que compõe a proposta, para o e-mail licitacao.ufsb@gmail.com ou através de sistema Comprasnet;

12.5. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública;

12.6. É de inteira responsabilidade da licitante obter dos órgãos competentes as informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas;

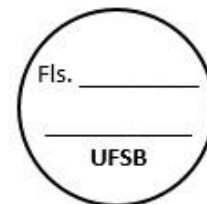
12.7. A Planilha de composição de custos unitários (analítica) de todos os itens da planilha orçamentária, bem como a apresentação de outros documentos citados deverão ser entregues posteriormente à fase de propostas.

12.8. O referido orçamento analítico deverá ser numerado observando a mesma sequência dos itens da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA**;

12.9. O Licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital;

12.10. Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições, estabelecidas neste edital e seus anexos;

12.11. O Presidente da Comissão poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da UFSC ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;



12.12. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do Licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

12.13. Se a proposta não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências de habilitação, o presidente examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

12.14. Primando-se pelo princípio da celeridade, o qual se vê numa condição especial, na adoção dos procedimentos eletrônicos, o presidente da comissão poderá, a depender da dinâmica na análise das propostas e documentação encaminhada, convocar, concomitantemente, mais de uma licitante para enviar proposta de preço e/ou documentação de habilitação, sem desrespeitar, entretanto, a ordem de classificação para análise e decisão de sua aceitação, incluindo as fases da licitação: análise da proposta e posterior documentos de habilitação.

12.15. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

12.15.1. Contenha vícios insanáveis;

12.15.2. Não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório e seus anexos;

12.15.3. Apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no caput do art. 9º do Decreto nº 7.581/11;

12.15.4. Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública;

12.15.5. Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

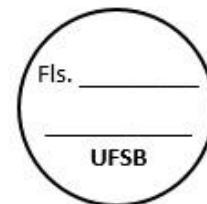
12.15.6. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

12.15.6.1. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela administração pública;

12.15.6.2. Valor do orçamento estimado pela administração pública.

12.16. A administração deverá conferir ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta;

12.17. Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos e aos coeficientes de produtividade adotados;



12.18. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, **desde que a renúncia esteja expressa na proposta;**

12.19. A economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários;

12.20. O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela UFSB com base nos parâmetros previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462/2011;

12.21. Serão convocadas as licitantes subsequentes em ordem de classificação, quando a PROPOSTA DE PREÇOS do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificada por permanecer acima do valor do orçamento previamente estimado;

12.22. Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, a comissão de licitação poderá negociar, com o Licitante, condições mais vantajosas;

12.23. A negociação de que trata o item acima poderá ser feita com os demais Licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado;

12.24. Analisada a aceitabilidade do preço obtido, o Presidente divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços;

12.25. Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva ata, com a ordem de classificação das propostas;

12.26. Será declarado vencedor o Licitante que apresentar o **MAIOR DESCONTO** e cumprir todos os requisitos de habilitação;

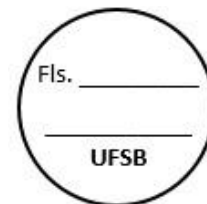
12.27. O critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO considerará o menor dispêndio para a administração pública, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.

13 – DA HABILITAÇÃO

13. Como condição prévia ao exame da documentação de habitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1. SICAF;

13.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



13.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

13.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

13.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13.7. Quando houver cadastro, o Pregoeiro poderá consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico- financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

13.8. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

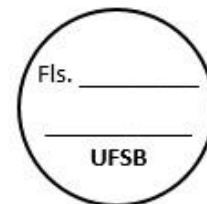
13.9. Ainda como condição prévia à habilitação, para o item de **participação exclusiva para ME/EPP**, a Comissão poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado;

13.10. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, a Comissão indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor da licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes;

13.11. Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta de preço da melhor classificada, devidamente ajustada ao valor do lance dado ou negociado, e demais documentos e comprovações a serem anexados à proposta, deverão ser encaminhados, preferencialmente, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Comprasnet no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** contados a partir da solicitação, podendo também ser enviado pelo e-mail licitacao.ufsb@gmail.com;

13.12. Após o prazo citado, condicionado ao envio da documentação solicitada, poderá, a critério da análise da Comissão de Licitação, ser concedido prazo de mais 120 minutos para o envio de documentação faltante.

13.13. Os originais ou cópias autenticadas em Cartório de Notas deverão ser enviados via correios, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da adjudicação do objeto ao licitante vencedor do processo licitatório;



13.14. A licitante que já estiver cadastrada no SICAF, em situação regular, na data da abertura da sessão pública, ficará dispensada de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro desde que esteja validado e atualizado;

13.15. É facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo;

13.16. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

13.16.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

13.16.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.16.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, bem como de todas as alterações ou da consolidação.

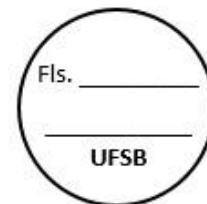
13.16.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.16.1.4. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.16.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.16.1.6. No caso de exercício de atividade que assim o exija: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

13.16.1.7. Para o exercício de atividade de construção de obras civis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido,



nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.

13.16.1.8. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso a Comissão logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao processo;

13.16.1.9. Caso a licitante seja dispensada de tal registro, por força de dispositivo legal, deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei;

13.16.1.10. A certidão poderá ser obtida mediante consulta on-line ao sítio oficial do IBAMA www.ibama.gov.br ou http://servicos.ibama.gov.br/cogeq/index.php?id_menu=81.

13.16.1.11. Compromisso de constituição de consórcio, quando for o caso.

13.16.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

13.16.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.16.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.16.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

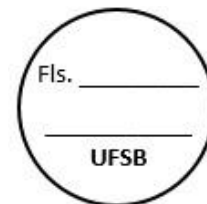
13.16.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.16.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.16.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

13.16.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.16.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como Microempresa ou



Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.16.2.9. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, em caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante e mediante justificativa, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa ([LC nº 123/2006, art. 43, § 1º](#)).

13.16.2.10. Para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP que não regularizarem a documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços – ARP e/ou Contrato, ou revogar a licitação ([LC nº 123/2006, art. 43 § 2º](#)).

13.16.3. Regularidade Econômico Financeira:

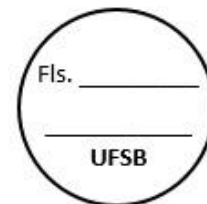
13.16.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, ou, na omissão desta, **expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;**

13.16.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

13.16.3.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

13.16.3.2.2. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

13.16.3.3. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);



13.16.3.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta online, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.16.4. Durante a fase de habilitação, e somente após solicitação do pregoeiro, a licitante vencedora que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de **Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente** deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a **10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação daqueles itens que ela irá fornecer**.

13.17. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

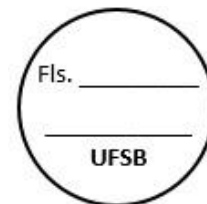
13.18. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

13.19. **Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.**

13.20. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem aos requisitos de habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, seja por apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.21. **Poderão ser inabilitadas as empresas que não apresentarem as declarações exigidas nos anexos deste edital.**

13.22. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes



estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.23. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14- DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DA HABILITAÇÃO

14. Documentos complementares:

14.1. Documento de identificação do Representante Legal;

14.2. Declaração formal da licitante, indicando o quantitativo de pessoal técnico qualificados, adequados e disponíveis para a realização do objeto desta licitação, inclusive, se possível, indicando o nome do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, conforme o item 8.4 do PROJETO BÁSICO deste edital;

14.3. No julgamento da habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

14.4. Todos os documentos deverão estar em nome do Licitante. Se o Licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz;

14.5. A documentação a ser entregue “via correio” descrita deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada em cartório competente;

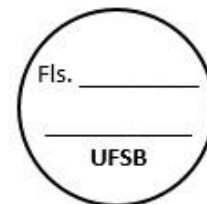
14.6. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos;

14.7. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos;

15 - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS – CAPACIDADE TÉCNICA

15. As empresas, cadastradas ou não no SICAF deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

15.1. Apresentação de prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da empresa licitante e de seu (s) responsável (is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados, em plena validade.



15.2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado da Bahia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

15.3. Comprovação da capacitação técnica operacional da empresa, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável (is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

15.4. Quanto à capacitação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

15.5. A comprovação de aptidão referida no item 15.3 será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes;

15.6. Os atestados deverão estar devidamente registrados no CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, dando-se tal comprovação mediante a apresentação da correspondente CAT com registro de atestado – atividade concluída ou em andamento;

15.7. A(s) certidão(ões) ou atestado(s) exigido(s) para fins de comprovação de aptidão para o desempenho das atividades constantes no objeto desta licitação deverá(ão) conter, obrigatoriamente, informações quanto a autoria do documento, como nome completo e endereço, bem como elementos suficientes que permitam a análise da atividade executada pela licitante, e sua comparação com as atividades do objeto desta licitação;

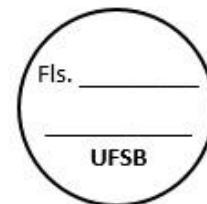
15.8. Para efeito da comprovação de capacitação técnico-operacional, não serão aceitas certidões ou atestados de capacidade técnica relativos a atividades desenvolvidas efetivamente por terceiros a serviço da empresa licitante.

15.9. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição;

15.10. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da licitante, resguardada a possibilidade de saneamento, dentro dos parâmetros da legislação pertinente e para atender ao interesse público;

15.11. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, todos serão inabilitados;

15.12. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:



15.12.1. Sócio;

15.12.2. Diretor;

15.12.3. Responsável técnico.

15.13. A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:

15.13.1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

15.13.2. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

15.13.3. Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da licitante onde consta o registro do profissional como RT.

15.14. No decorrer da execução dos serviços, o profissional de que trata este subitem poderá ser substituído, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

15.15. A empresa pode acrescentar à sua equipe outros profissionais que entender pertinentes e necessários, mediante aprovação da CONTRATANTE.

15.16. A CONTRATADA deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Diretoria de Infraestrutura (DINFRA) durante o período de execução dos trabalhos, para representá-la sempre que for necessário.

15.17. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição;

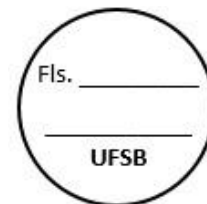
15.18. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da licitante.

15.19. Apresentar declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços da presente licitação.

15.20. Os profissionais indicados pela Licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverão participar da execução do objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo fiscal/gestor do contrato e ratificada pelo seu superior;

16 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16. A sessão pública poderá ser reaberta:



16.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.5. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17. Das disposições relativas aos Recursos Administrativos.

17.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

17.1.1. Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar imediatamente, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

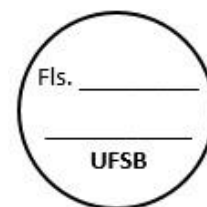
17.1.2. O Pregoeiro assegurará tempo **mínimo de 30 (trinta) minutos** para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.

17.1.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.1.4. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.1.5. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

17.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, **o prazo de 5 (cinco) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ou por e-mail por meio do endereço eletrônico licitacao.ufsb@gmail.com, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em prazo igual, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



17.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento convocatório, será excluído o dia do início e será incluído o do vencimento;

17.4. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela licitação.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de cinco dias úteis, contado do seu recebimento, sob pena de apuração de responsabilidade..

17.6. O acolhimento do recurso implicará tão somente a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

17.8. Os autos do processo permanecerão, com vista franqueada aos interessados, na Universidade Federal do Sul da Bahia, situada na BR 415, km 39, s/n, Rua Itabuna, Bairro Ferradas, CEP: 45613-204, Itabuna/BA, nas dependências da Coordenação de compras e patrimônio, setor vinculado à Diretoria Administrativa – DIRAD.

18 – DO ENCERRAMENTO

18. Disposições relativas ao encerramento.

18.1. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento, a UFESB poderá ainda neste momento negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

18.2. Exaurida a negociação o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a autoridade Superior que poderá:

18.2.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;

18.2.2. Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;

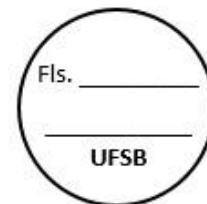
18.2.3. Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou

18.2.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação, e encaminhar os autos ao órgão requisitante/interessado para que esse convoque o adjudicatário para assinatura do contrato.

19 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19. Disposições relativas aos Usuários.

19.1. Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório poderá utilizar a presente ata, mediante anuência da Universidade Federal do Sul da Bahia



(órgão gerenciador), desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitada, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na [Lei nº 8.666/93](#), no [Dec. nº 7.892/2013](#), na [IN nº 08/1998-MARE](#) e IN nº 04/1999-SEAP, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

19.1.1. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata, terão de consultar a UFSB, órgão gerenciador desta ata, sobre a possibilidade de adesão.

19.1.2. Caberá ao fornecedor beneficiário desta ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação, ou não, do fornecimento, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.1.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens licitados e registrados na presente ata para a UFSB (órgão gerenciador) e demais órgãos participantes.

19.1.4. As adesões à presente ata limitar-se-ão, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado nesta ata, para a UFSB e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos **não** participantes que aderirem.

19.2. Compete aos órgãos participantes e não-participantes cobrar do fornecedor o cumprimento das obrigações contratualmente assumidas e aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à UFSB, conforme previsão contida, respectivamente, no [§ 1º do art. 6º](#) e no [§ 7º do art. 22, do Dec. nº 7.892/2013](#).

20 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA

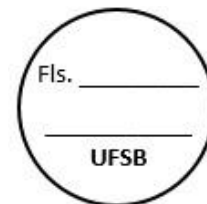
20. Disposições relativas à Formalização da Ata.

20.1. Homologada a licitação, será formalizada a presente ata com o fornecedor primeiro classificado e os demais licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame.

20.2. O pregoeiro da UFSB enviará a presente ata à empresa ganhadora, que deverá assiná-la e devolvê-la no **prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento**, de modo a atender às demandas desta Instituição e, se for o caso, dos órgãos participantes, conforme quantitativos registrados para cada beneficiário.

20.2.1. O **prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período**, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo fornecedor convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo referido pregoeiro.

20.2.2. Na assinatura desta ata, exigir-se-á a comprovação das condições de habilitação consignadas no presente Edital, as quais deverão ser **mantidas pela licitante durante sua vigência**.



20.2.3. No caso de o fornecedor primeiro classificado não comprovar sua habilitação, ou quando ele se recusar injustificadamente a assinar esta ata, a UFSB convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, efetuar a referida assinatura, sem prejuízo das cominações legais previstas no presente Edital e respectivos anexos, aplicáveis àquele fornecedor que não comprovou sua habilitação ou que se recusou a assinar.

20.3. Esta ata, resultante do presente RDC, terá **validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, e será disponibilizada no [Portal de Compras do Governo Federal](#) durante o período de sua vigência.

20.3.1. A assinatura desta ata implicará para o fornecedor compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade, conforme disposto no art. [14 do Dec. nº 7.892/2013](#).

20.4. A convocação do adjudicatário para assinatura desta ata, fora do prazo de validade da sua proposta, desobriga-o de qualquer responsabilidade pela não aceitação da Nota de Empenho ou celebração do instrumento de contrato.

20.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a presente ata, aceitar a Nota de Empenho emitida, dentro do prazo de validade da sua proposta, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades previstas no [art. 87 da Lei nº 8.666/93](#) e no presente Edital, bem como o cancelamento do seu registro.

20.6. Expirado o prazo de validade da proposta da licitante vencedora, sem que se chegue a um acordo sobre a prorrogação, a CONTRATANTE poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para os fins ali indicados, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, de acordo com o presente Edital, ou ainda poderá revogar a licitação.

20.6.1. Os licitantes convocados na hipótese prevista no subitem anterior ficarão isentos das penalidades estabelecidas no presente Edital, caso não aceitem as condições ali impostas.

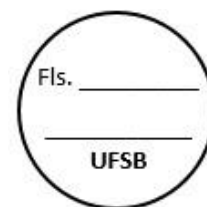
20.7. A publicação resumida desta ata e de seus aditamentos no Diário Oficial da União, condições indispensáveis para sua eficácia, será providenciada pela Administração logo após a assinatura, qualquer que seja o seu valor.

20.8. O Edital, esta ata, o Projeto Básico, a proposta da licitante e a Nota de Empenho passam a ter força de contrato para todos os efeitos legais.

21 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21. Disposições relativas à Formação do Cadastro de Reserva

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.



21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

22- DA REVISÃO DE PREÇOS

22. Disposições relativas à revisão de preços.

22.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 39 da Lei nº 12.462/2011 e no art. 100 do Decreto nº 7.581/2011.

22.2. O preço registrado por valor unitário poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou no surgimento de fato que eleve o custo dos bens registrados.

22.3. Quando o preço inicialmente registrado por valor unitário, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a UFSC convocará o licitante registrado visando à negociação para sua redução e/ou readequação.

22.4. Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

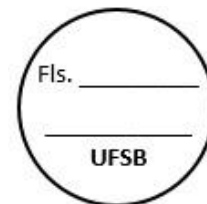
22.5. Na hipótese do subitem anterior, a UFSC convocará os demais FORNECEDORES, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

22.6. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR registrado não puder cumprir o compromisso mediante requerimento devidamente comprovado, a UFSC poderá:

22.6.1. Liberar o FORNECEDOR registrado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento;

22.6.2. Convocar os demais FORNECEDORES classificados para o item, visando a igual oportunidade de negociação.

22.7. Não havendo êxito nas negociações, a UFSC procederá à revogação do item em questão da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



22.8. Na possível ocorrência de itens em duplicidade e/ou equivalentes na planilha orçamentaria, os mesmos deverão **OBRIGATORIAMENTE** possuir preços iguais.

22.9. Na ocorrência de itens em duplicidade e/ou equivalentes com preços diferentes na planilha orçamentaria, priorizar-se-á o item com menor preço registrado para fins de execução dos serviços.

23 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

23. O licitante terá seu registro cancelado quando:

23.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

23.2. Não firmar os contratos nos prazos estabelecidos pela Administração, sem justificativa aceitável;

23.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

23.4. Presentes razões de interesse público.

23.5. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas e assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por Despacho da Autoridade Competente da UFSC.

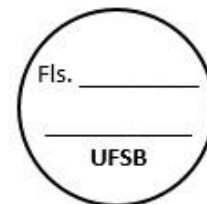
23.6. O CONTRATADO poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, e/ou decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.

24 – DO PRAZO CONTRATUAL E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

24. Após a homologação da licitação e, conseqüentemente, a assinatura da Ata de Registro de Preço, a Adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

24.1. O prazo de que trata o item acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pela UFSC.

24.2. Administração encaminhará o termo de contrato para assinatura, mediante correspondência postal ou meio eletrônico, para que seja assinado em duas vias, e devolvido por meio de correspondência postal, não ultrapassando o prazo informado no item 24;



24.3. Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo;

24.4. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições, a Administração Pública poderá:

24.4.1. Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no Art. 47 da Lei 12.462/2011 e neste edital;

24.4.2. Convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pela licitante vencedora.

24.4.3. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, a administração pública poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estas, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

24.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, decorrentes da necessidade da Instituição, observados os limites previstos abaixo:

24.5.1. 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, no caso de acréscimos;

24.5.2. 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, no caso de supressão.

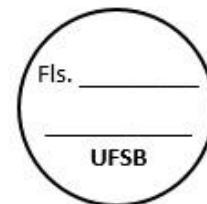
24.6. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no subitem anterior, salvo quando:

24.6.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

24.6.2. As supressões poderão exceder ao limite de 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de concordância da Contratada;

24.7. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato;

24.7.1. No caso de subcontratação parcial essa depende de autorização prévia e expressamente pela UFSC, ao qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal.



24.7.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

24.7.3. Se autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a Contratada realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante a UFSC pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

24.8. São obrigações adicionais da CONTRATADA, em razão da subcontratação:

24.8.1. Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

24.8.2. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

24.8.3. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

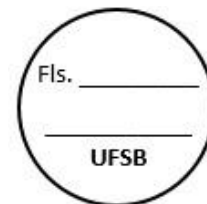
24.8.4. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

24.8.5. Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato;

24.8.6. Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da UFSC, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração;

24.8.7. No exclusivo interesse da UFSC, desde que devidamente motivado e dentro do prazo legalmente permitido, esta poderá emitir, tantas quantas Ordens de Serviço de Execução, ou ordens de Paralisação, ou Ordens de Reinício de Serviços que façam necessárias para o bom desenvolvimento dos serviços;

24.8.8. Excepcionalmente, os prazos de início de etapas de execução admitem prorrogação, permanecendo as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, caso em que a garantia de execução deverá ser complementada, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:



24.8.8.1. Alteração do projeto ou especificações, pela Administração, desde que ocorra custo adicional para a CONTRATADA;

24.8.8.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

24.8.8.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de entrega por ordem e interesse da UFSB;

24.8.8.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, observados os limites previstos no §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

24.8.8.5. Impedimento de execução do contrato, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela UFSB em documento contemporâneo à sua ocorrência;

24.8.8.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da UFSB, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

24.9. O Termo de Contrato decorrente desta licitação e seus aditamentos vigorarão em seus efeitos desde a data de sua assinatura. No entanto, sua eficácia ocorrerá a partir da publicação do seu respectivo resumo no Diário Oficial da União, que deverá ocorrer até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura;

24.10. Os serviços serão executados conforme local indicado no Projeto básico e seus anexos;

24.11. Os critérios para reajuste, aditivo contratual, prorrogação e demais especificidades estão contidas na Minuta de Contrato.

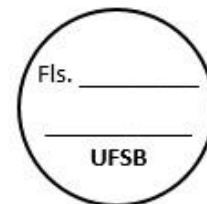
25 – DO PAGAMENTO

25. Os pagamentos serão efetuados de acordo com as regras estabelecidas em lei e no **item 12 do Projeto Básico**.

26 – DA GARANTIA

26. A garantia ao contrato será prestada conforme as disposições a seguir.

26.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da notificação formalizada pela Administração, tratando-se de condição indispensável para assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;



26.2. A garantia a ser prestada deverá se estender pelo prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual;

26.3. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

26.3.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

26.3.2. Seguro-garantia; ou

26.3.3. Fiança bancária.

26.4. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

26.5. Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

26.6. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado, mediante depósito identificado, em agência definida pela administração, de forma escrita.

26.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

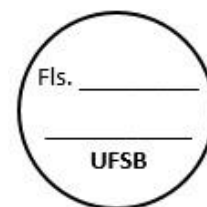
26.8. Se prestada a garantia na forma de seguro-garantia, deve haver entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo a Universidade Federal do Sul da Bahia como único beneficiário do seguro.

26.9. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

26.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

26.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

26.12. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.



26.13. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

26.14. Ocorrendo a rescisão unilateral ou injustificada do Contrato, a UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA poderá executar a garantia prestada pela CONTRATADA

26.15. A liberação das garantias estará condicionada à emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos Serviços, mediante requerimento da CONTRATADA e, desde que, cumpridas todas as obrigações contratuais.

27 – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

27. Disposições relativas à fiscalização e recebimento do objeto.

27.1. A FISCALIZAÇÃO dos serviços executados será de competência e responsabilidade exclusiva da Diretoria de Infraestrutura - DINFRA, a quem caberá verificar se o seu desenvolvimento está sendo de acordo com o PROJETO BÁSICO.

27.2. O RECEBIMENTO, será realizado conforme o disposto no PROJETO BÁSICO, anexo a este Edital.

28– DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28. Disposições relativas às infrações e às sanções administrativas.

28.1. As sanções previstas neste Edital são advertência, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade, nos termos das Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 12.462 de 04 de agosto de 2011.

28.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 12.462, de 2013, e da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que, no decorrer da licitação e da contratação:

28.2.1. Apresentar documentação falsa;

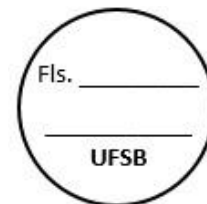
28.2.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

28.2.3. Fizer declaração falsa;

28.2.4. Comportar-se de modo inidôneo;

28.2.5. Cometer fraude fiscal;

28.2.6. Ensejar o retardamento da execução do certame;



28.2.7. Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

28.2.8. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato;

28.2.9. Não manter a sua proposta dentro do prazo de validade, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

28.2.10. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses de convocação de licitante remanescente ou de revogação da licitação em virtude da não celebração do contrato;

28.2.11. Atrasar injustificadamente a execução do contrato ou a entrega do objeto contratado;

28.2.12. Inexecutar total ou parcialmente o contrato.

28.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

28.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

28.3.2. Multa:

28.3.2.1. De 0,1% (um décimo por cento) do valor do serviço por dia que ultrapasse o prazo determinado para o seu início;

28.3.2.2. De 0,2% (dois décimos por cento) do valor do serviço por dia que exceda o seu prazo de execução;

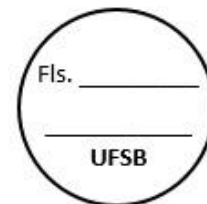
28.3.2.3. De 1,0% (um por cento) do valor de cada etapa do serviço em atraso, por dia de excesso que venha a ocorrer em cada uma delas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro, contratual, com exclusão da última, calculada mediante o emprego da fórmula: $M = V \times 0,01 \times N$. Onde: M = valor da multa; V = valor da etapa; N = número de dias de atraso na conclusão da etapa.

28.3.2.4. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

28.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a UFSC, pelo prazo de até dois anos;

28.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

28.3.4.1. Nas hipóteses previstas no art. 47, caput e incisos, da Lei nº 12.462/2013, a penalidade se estenderá, além da União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.



28.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

28.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

28.4.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

28.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

28.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

28.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

28.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

28.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e judicialmente.

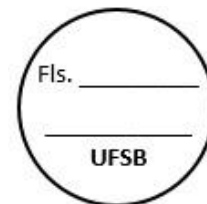
28.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

28.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

28.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

28.11. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa, obrigatoriamente registrada no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus anexos e das demais cominações legais;

28.12. Independentemente das sanções legais cabíveis, o fornecedor ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais;



28.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no PROJETO BÁSICO e na Minuta de Contrato, anexos deste edital.

28.14. Do Direito De Defesa:

28.14.1. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação;

28.14.2. O recurso será dirigido à Autoridade Superior, por intermédio da Autoridade Competente que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilização;

28.14.2.1. Na contagem dos prazos estabelecidos no item acima, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade;

28.14.3. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo ato deverá ser registrado no SICAF, devendo constar:

28.14.3.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

28.14.3.2. O resumo do ato e prazo do mesmo, conforme o caso;

28.14.3.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e

28.14.3.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

28.15. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, aplicam-se subsidiariamente a esta licitação e ao Contrato decorrente;

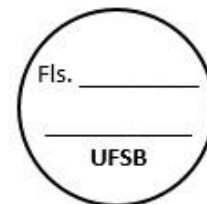
28.16. A aplicação das penalidades previstas neste item, à exceção da Declaração de Inidoneidade, é de competência exclusiva da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, por meio do devido processo legal, ficando ainda responsável pela instrução processual, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

29 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29. Relativo às disposições gerais:

29.1. A participação nesta licitação implica na aceitação integral das condições estabelecidas;

29.2. A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS submete a licitante à



aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

29.3. Fica assegurada à UFSB o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, o seguinte:

29.3.1. Adiar a data de abertura das propostas à presente licitação, dando conhecimento aos licitantes, através do sistema COMPRASNET, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

29.3.2. Aceitar ou rejeitar qualquer proposta, revogar o processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e/ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou provocado por terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, a qualquer tempo antes da adjudicação do Contrato;

29.3.3. Alterar as condições deste edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, desde que fixe novo prazo para apresentação das propostas;

29.3.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão do RDC em contrário;

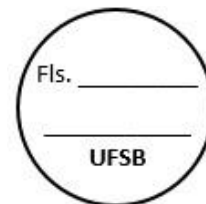
29.3.5. Será comunicado em tempo hábil, eletronicamente, às empresas que retirarem o Edital, qualquer alteração que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos;

29.3.6. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

29.3.7. A anulação deverá ocorrer a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, em caso de ilegalidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa; a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera direito à indenização;

29.3.8. Os atos desta licitação serão públicos e acessíveis aos interessados, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura. Os autos do presente processo licitatório encontram-se à disposição dos órgãos de controle interno e externo para consulta;

29.3.9. Os ANEXOS deste Edital constituem o rol das obrigações decorrentes da presente licitação e obrigam as partes ao inteiro teor de suas disposições, independentemente de sua transcrição;



29.3.10. As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal;

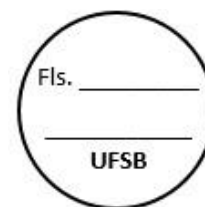
29.3.11. Endereço para contato:

Reitoria da UFESB

Tel. Geral: (73) 3616-3180 / 3616-3380

End: Rua Itabuna, km 39, BR415, Bairro Ferradas, Itabuna – Ba- CEP 45613-204

Itabuna (BA), / / .



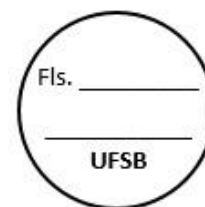
RDC SPR N° 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23746.001514/2019-91

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

RDC SRP 01/2019 – Serviços de Reforma

I. REGÊNCIA LEGAL	
Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei n° 12.462/2011, Decreto n° 7.581/2011 e, no que se aplicar, a Lei n° 8.666/93.	
II. UNIDADE INTERESSADA	
DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA/ DINFRA.	
III. MODALIDADE	IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO
RDC/SRP	23746.001514/2019-91
V. CRITÉRIO DE JULGAMENTO	VI. FORMA DE EXECUÇÃO
MAIOR DESCONTO	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
VII. OBJETIVO	
CONSTITUI OBJETIVO DESTA PEÇA A APRESENTAÇÃO DOS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À FORMATAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA O REGISTRO DE PREÇO, VISANDO À FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PEQUENAS REFORMAS E REPAROS NAS UNIDADES DA UFSB, NO REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O MAIOR DESCONTO, PREVISTO NA LEI N°. 12.462/2011, CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I – PROJETO BÁSICO DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS.	
VIII. LOCAL, DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:	
DATA: 09/05/19 HORA: 09:00hrs (Horário de Brasília) LOCAL: www.compragovernamentais.gov.br	
IX. MODO DE DISPUTA	
ABERTO	
X. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA	XI. LOCAL DA INTERVENÇÃO
12 meses, a partir da data de sua assinatura	Reitoria, Diversos órgãos, unidades, campi e Colégios Universitários da Universidade Federal do Sul da Bahia, especialmente nas cidades de Itabuna/ Ilhéus, Teixeira de Freitas e Porto Seguro, todas do Estado da Bahia.
XII. PEÇAS QUE DEVERÃO INTEGRAR O EDITAL	
1 – PROJETO BÁSICO	
2 – MINUTA DO CONTRATO	
3 – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS	



-
- 4 - DECLARAÇÃO DE VISTORIA
 - 5 - TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
 - 6 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA
 - 7 - MODELO DE COMPOSIÇÃO DO BDI
 - 8 - MODELO DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS
 - 9 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
 - 10 - LISTA DE ENDEREÇOS: REITORIA, *CAMPI* E COLÉGIOS UNIVERSITÁRIOS
 - 11 - MINUTA DA ATA DO SRP

XIII. LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS

Rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista, s/n, BR 415, km 39, Ferradas, Itabuna-BA, CEP, 45613-204. Fone: (73) 3616-2358 – Pró-reitora de Planejamento e Administração – PROPA.

1 - OBJETO

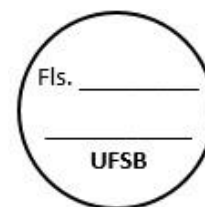
1.1 Registro de preços, consignado em ata, pelo prazo de 12 meses, para a Contratação de empresa especializada em engenharia para eventual prestação de serviços de reformas e pequenos reparos, visando atender às necessidades da UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB) em sua Reitoria, nos campi e Colégios Universitários (CUNIS), listados neste Projeto Básico e integrará o edital da licitação, podendo ser ampliado, diante do momento atual pelo qual passa a Instituição, tratando-se da busca da consolidação dos seus espaços físicos, tudo de acordo com as exigências, condições, especificações e demais elementos técnicos constantes neste Projeto Básico e outros documentos que integrarão o edital.

Item	Descrição	Unid	Quant.		Preço total
1	Reformas e Pequenos Reparos	serviço	1		R\$ 4.000.000,00
Total					<u>R\$ 4.000.000,00</u>

*** Os detalhes da composição do serviço estão contidos na planilhas orçamentárias em anexo.**

2. OBJETIVO DO PROJETO BÁSICO

2.1 Definir o objeto da Licitação e do sucessivo Contrato, bem como estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para prestação de serviços de Reformas e Pequenos Reparos, para atender às necessidades da UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB) em sua Reitoria, nos campi e Colégios Universitários (CUNIS).



3. PERÍODO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

3.1 A Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura. No que tange à execução dos serviços, os prazos encontram-se definidos no Escopo e no edital. A vigência do contrato é de até um ano, podendo sofrer prorrogações, por ser entendido como contrato contínuo, pelo momento da Instituição, respeitado o limite previsto na Lei 8.666/93.

4. CUSTO ESTIMADO DO CONTRATO

4.1 Para a obtenção do Custo Estimado do Contrato, foram utilizados os valores históricos aplicados em reformas e serviços de engenharia, executados por esta Administração no intervalo de 2015 a 2018, através de contratos de reformas e pequenos reparos executados em seus três campi e Colégios Universitários e o que resta a atender, diante das mudanças geográficas, a qual incluiu novos espaços com necessidade de intervenções, os quais comporão a estrutura física da Instituição. O gráfico abaixo demonstra o valor total investido anualmente com intervenções que vão desde simples pintura até adequação de layout com construção de novas divisórias, salas e de novos ambientes em espaços existentes.

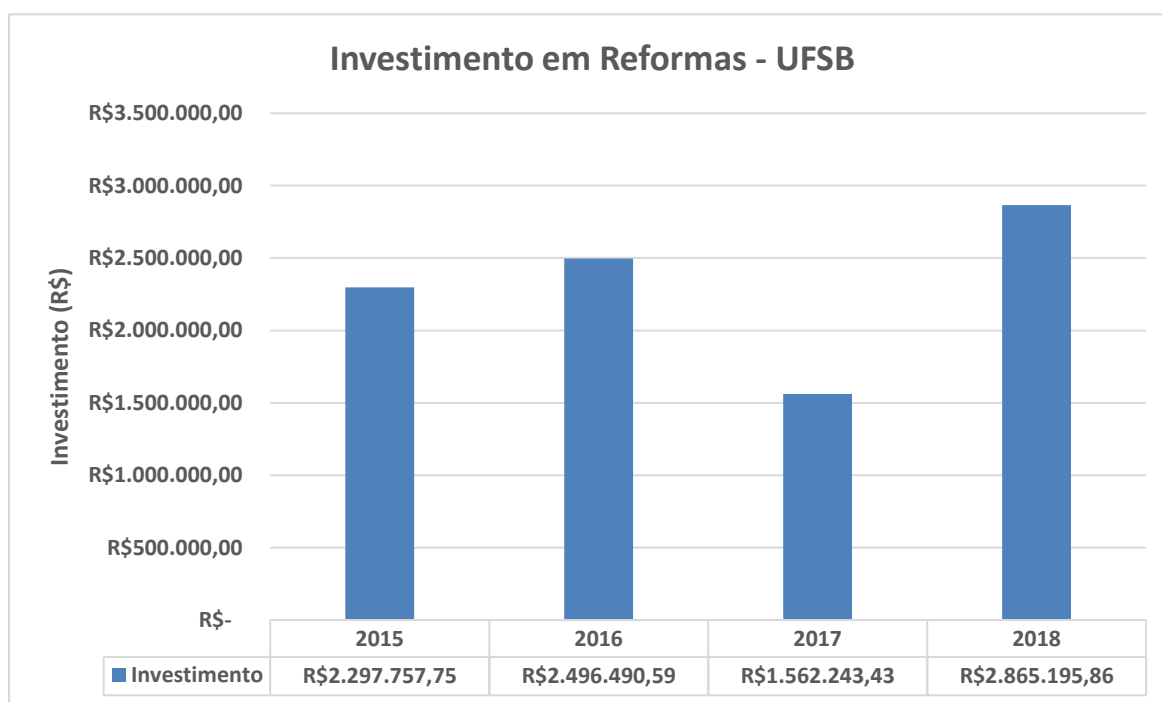
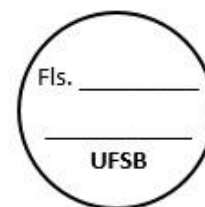


Figura 1 - Total investido em reformas por ano.
Fonte: Controle de Pagamentos – DIRPLAN/DINFRA



Conforme se observa no gráfico acima, os investimentos realizados alcançam uma média de R\$ 2.305.421,91 reais ao ano, tendo seu período mais relevante ocorrido no ano de 2018, momento no qual se registrou um crescimento de 83% com investimentos desta mesma natureza. Seguindo esta mesma progressão, diante do acréscimo de espaços a integrar a edificação da Instituição, o valor anual de investimento estimado para 2019 seria de R\$ 5.243.308,42 reais. Entretanto, tendo em vista que, neste mesmo período, realizar-se-á a entrega de novos edifícios, cujas obras foram iniciadas em meados de 2017 e 2018, quais sejam os três Núcleos Pedagógicos em seus respectivos campi e o Núcleo de Vivências do campus Jorge Amado, é razoável esperar uma redução na incidência de reformas. Desta sorte, esta Administração considerou razoável adotar um crescimento abaixo dos 40% para os gastos com reformas e adaptações, tendo em vista que, embora o natural estabelecimento de sua infraestrutura física por meio de construções novas esteja mais próximo, ainda existe um déficit considerável, contando, ainda, com a recente transação efetuada com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, resultando no Termo de Cessão do prédio do antigo fórum da cidade de Itabuna à UFSC, sediando atividades jurisdicionais ao longo de mais de 50 anos, carecendo, portanto, de adaptações e reparos, visando atender as necessidades de uma academia, levando a equipe técnica da DINFR – Diretoria de Infraestrutura a estimar, por todos os dados supramencionados, o valor anual de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para a futura contratação.

O percentual de desconto apresentado pelos licitantes para o orçamento estimado deverá, obrigatoriamente, incidir **LINEARMENTE** sobre todos os preços unitários constantes na planilha de formação de preços, integrante deste Projeto Básico, sendo o mesmo estendido aos eventuais termos aditivos.

5 - TERMINOLOGIA

Para os estritos efeitos deste Projeto Básico, são adotadas as seguintes definições:

5.1. Contratante

Órgão que contrata a elaboração dos Projetos Básico e Executivo – Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSC).

5.2. Contratada

Empresa contratada para a elaboração dos Projetos Básico e Executivo.

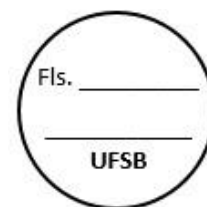
5.3. Fiscalização

Atividade exercida de modo sistemático pela Diretoria de Infraestrutura e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

5.4. Programa de Necessidades

Conjunto de características e condições necessárias ao desenvolvimento das atividades dos usuários da edificação que, adequadamente consideradas, definem e originam a proposição para o empreendimento a ser realizado.

5.5. Estudo preliminar



Conjunto de desenhos elaborados para a concepção e desenvolvimento preliminar da proposta arquitetônica da(s) edificação(ões). Deve assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, a partir dos dados levantados no Programa de Necessidades, bem como das condicionantes estabelecidas neste Projeto Básico e pelo Contratante.

5.6. Anteprojeto

Conjunto de desenhos, memoriais descritivos e especificações técnicas elaborados para o desenvolvimento da proposta arquitetônica da(s) edificação(ões) aprovada na etapa do Estudo Preliminar. Deve desenvolver solução global para os materiais, sistemas e métodos construtivos mais adequados ao empreendimento proposto, validando as atividades já desenvolvidas nas etapas anteriores, bem como Sistema de automação e supervisão predial.

5.7. Projeto Básico

Conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma, Sistema de automação e supervisão predial e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra a ser executada, atendendo às Normas Técnicas e à legislação vigente, consolidando claramente todos ambientes, suas articulações e demais elementos do empreendimento, com as definições necessárias para o intercâmbio entre todas as especialidades envolvidas no processo.

5.8. Projeto Executivo

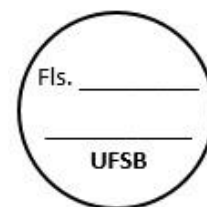
Conjunto de informações técnicas claras e objetivas sobre todos os elementos, sistemas e componentes do empreendimento, necessárias para a realização do empreendimento. Deve conter de forma precisa e completa todas as indicações e detalhes construtivos para a perfeita caracterização das obras/serviços a serem executados, bem como a avaliação dos custos, métodos construtivos, e prazos de execução da obra e Sistema de automação e supervisão predial.

6 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1 Da necessidade do objeto e em prazo especial

Os serviços, objeto do presente Projeto Básico, são intervenções que visam oferecer a infraestrutura mínima necessária ao atendimento das demandas institucionais, quais sejam a entrada de novos servidores, alunos e de novas instalações como salas de aula e laboratórios, são consequentes de um período de intensa implantação, curto prazo executivo e carência de infraestrutura física nos imóveis desta Instituição, cuja maioria trata de construções cedidas e com relativo tempo de construção, necessitando de intervenções.

Importante estabelecer aqui um considerável divisor semântico entre a natureza das reformas a que se destina este projeto básico das demais obras e construções executadas em outros certames e modalidades por esta Administração, tratando-se, no presente caso, de pequenas adaptações nos imóveis utilizados, para atender ao objetivo de uma Universidade, possibilitando a oferta contínua e ininterrupta de difusão do conhecimento através das aulas e cumprimento do calendário acadêmico,



bem como, ensejando a atividade finalística do órgão, qual seja o ensino, a pesquisa e a extensão.

Impende ainda registrar acerca da necessidade premente do objeto, exigindo da Administração uma resposta rápida, diante de demandas que surgem enquanto sua infraestrutura física não se encontra concluída, isto é, sua ocorrência é inversamente proporcional à consolidação e funcionamento de seus edifícios sede e plantas, os quais, dada a recente criação da Instituição (seis anos), ainda encontram-se em construção.

É importante destacar que, no ano de 2019, existem quatro grandes obras de edificação e uma de infraestrutura do campus Jorge Amado ocorrendo simultaneamente em seus três campi, com prazo de conclusão para 2020, fruto de dois contratos em andamento e um em fase de conclusão. Estas obras destinam-se à construção dos pavilhões de aulas, laboratórios e salas administrativas de modo que, enquanto não são concluídas, faz-se necessário a utilização, ainda que de forma modesta e muitas vezes em caráter emergencial, de instalações que possam dar continuidade ao plano pedagógico desta instituição, a este fim maior, destina-se a presente contratação.

Desta forma, e conforme apresentado na justificativa para o valor estimado para a contratação, item 4.0 deste projeto básico, a expectativa de investimento em reformas, aqui entendidas como a readequação dos ambientes existentes, é tão decrescente quanto maior for a sua maturidade institucional, de maneira que, passando a Universidade a gozar dos frutos destas intervenções, sejam na forma de reformas, estas normalmente de curto prazo e repetitivas, sejam na forma de novas construções, haverá uma maior acomodação e estabilização junto ao acervo imobiliário, resultando na diminuição dos serviços aqui pretendidos. Espera-se, assim, com a presente licitação, alcançar a melhor e menos traumática estratégia de consolidação física dos campi da UFSC, o que vem ocorrendo de forma gradual, por meio de planejamento em processos e decisões administrativas estratégicas, a exemplo da futura contratação.

6.2 Do caráter complementar, pontual, repetitivo e padronizável

Ainda no que diz respeito à caracterização do objeto desta licitação, aqui registrados como serviços de reformas e pequenos reparos, entendidos como **adaptações para atender ao objetivo de uma Universidade**, evidencia-se, através da análise histórica das contratações anteriores realizadas por esta Administração, o caráter padronizável, repetitivo e já consolidado de sua metodologia. É possível observar que as parcelas mais relevantes dos investimentos com readequação de espaços dividem-se em grupos ou etapas de serviços mais simples, típicos de intervenções de baixa complexidade e que são, de modo geral, caracterizados por meio de especificações usuais do mercado, a teor dos padrões e especificações técnicas disponíveis nos Memoriais Descritivos consolidados por esta instituição, anexo a este certame.

O gráfico abaixo demonstra as etapas construtivas que compuseram 82% do gastos envolvidos em reformas no ano de 2015 e 2016 visando à adequação de espaços internos da UFSB.

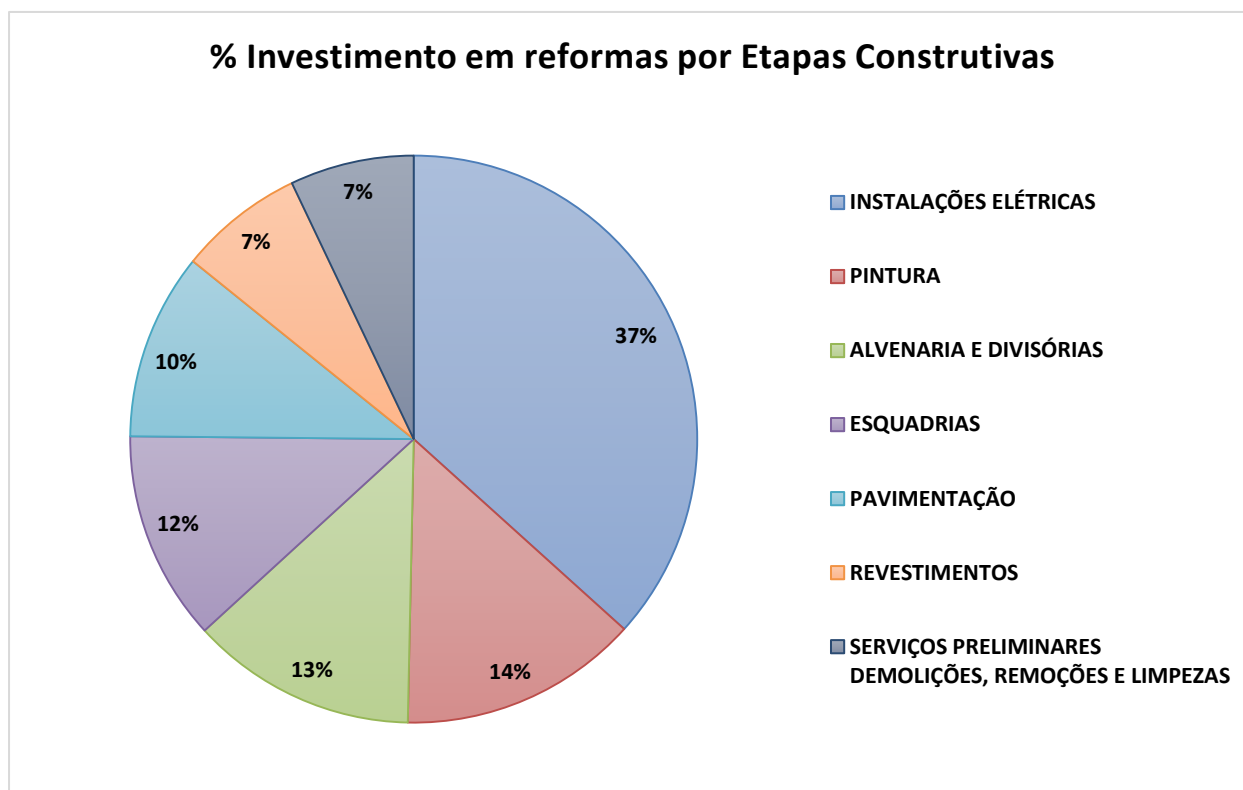


Figura 2 – Etapas de engenharia mais relevantes executadas em contratos de reformas - UFSB
Fonte: DINFRA, 2019

Para as etapas descritas acima, é possível detalhar os serviços mais relevantes que as compuseram, de modo a evidenciar o perfil predominante de serviços de engenharia.

Nº	SERVIÇOS	UND
1	PAREDE DE GESSO ACARTONADO, DRY-WALL D 100/75/60 2 ST 12,5MM SISTEMAS LAFARGE GYPSUM (OU SIMILAR)	M2
2	FORRO DE FIBRA MINERAL ARMSTRONG ENCORE LAY IN, 1250X625X13MM, NRC=0,60 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M2
3	FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE CABO UTP 4 PARES CAT 6	M
4	ELETRODUTO CONDULETE 3/4" TIGRE OU SIMILAR	UND
5	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2

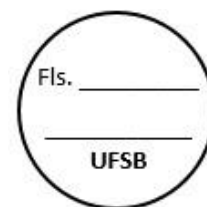
6	LUMINÁRIA DE EMBUTIR COM ALETAS, PARA LÂMPADA FLUORESCENTE, 2 X 32W, REF. TBS020232CIRL, DA PHILIPS, INCLUSIVE REATOR E LÂMPADA	UND
7	CABO DE COBRE ISOLADO PVC 450/750V 2,5MM2 RESISTENTE A CHAMA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	M
8	PAREDE DE GESSO ACARTONADO, DRY-WALL D 125/75/60 4 ST 12,5MM SISTEMAS LAFARGE GYPSUM (OU SIMILAR)	M2
9	EMASSAMENTO DE SUPERFÍCIE COM APLIC. DE DUAS DEMÃO DE MASSA ACRÍLICA LIXAMENTO E RETOQUES	M2

Figura 3 - Lista dos 10 serviços mais executados em contratos de reformas - UFSB
Fonte: Dinfra 2019

Segundo voto proferido por Relator do TCU acerca da opção do SRP para obras, considerando que, no caso concreto, o objeto do presente contrato perpassa predominantemente por serviços de engenharia, temos:

“(...) 11. Ocorre que, como assinalado pela unidade técnica, o objeto da licitação não se caracteriza exclusivamente como execução de obra, embora seja admitida a realização de reformas de agências, sem ampliações. A maior demanda prevista é de serviços de readequação de ambientes, sendo que as obras, quando necessárias, são apenas de natureza pontual e complementar. 12. Como, no caso concreto, os serviços de reforma previstos, além de materialmente pouco relevantes, estão decompostos em atividades mais simples, típicas de intervenções isoladas, que podem ser objetivamente definidas, conforme especificações usuais no mercado, e possuem natureza padronizável e pouco complexa, entendendo não haver óbice ao emprego do sistema de registro de preços na sua contratação.” (TCU, Acórdão nº 3.419/2013-Plenário, Rel. Min. José Múcio Monteiro, DOU 12.12.2013.)(grifos nossos)

Para que a Universidade possa continuar a desempenhar suas atividades acadêmicas e administrativas na Reitoria, nos campi e na Rede CUNI, persiste a necessidade de pequenas e médias intervenções nas suas estruturas físicas que viabilizem o devido funcionamento previsto, especialmente a partir do primeiro semestre de 2019. Para que essas intervenções sejam possíveis, a Instituição deverá dispor de empresa especializada em serviços de engenharia com capacidade para realizar as reformas e pequenos reparos necessários à viabilização dos devidos ajustes junto às edificações definidas, **justificando, assim, a necessidade do objeto a ser licitado e a futura contratação, sendo oportuno registrar que a** expressiva parte dos serviços pode ser executada em regime de tarefa, não sendo necessária, neste momento, a formalização de projeto executivo, até porque, as diversas demandas de reformas e pequenos reparos na reitoria, nos *campi* e unidades dispersas da UFSB apresentam caráter de baixa complexidade.



7 - DA ADOÇÃO DO RDC E DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

No que concerne à **adoção da modalidade do Regime Diferenciado de Contratação –RDC**, essa tem previsão na Lei 12.462/2011, consoante Art.1, § 3º, ao estabelecer:

“Além das hipóteses previstas no caput, o RDC também é aplicável às licitações e aos contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino e de pesquisa, ciência e tecnologia.”(grifos nossos)

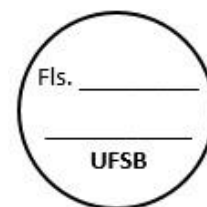
Sendo a UFSB uma Instituição de Ensino Superior, essa insere-se à categoria de sistema de ensino prevista no parágrafo aqui transcrito, existindo, assim, base legal para a utilização da modalidade regulada pela Lei 12.462/2011, de modo que a sua utilização se mostra vantajosa para a administração, cuja equipe possui aptidão para conduzir o processo, inclusive na forma eletrônica. Além disso, é notório o quanto a prática dessa modalidade traz vantagens para a Administração, a saber:

O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) corresponde a um avanço da legislação na contratação de obras e serviços de engenharia pela administração pública, por trazer a lógica de operação prevista para o Pregão para as obras e serviços de engenharia, desenhados por meio da agilidade e da melhoria no processo de aquisição.

No presente caso, a agilidade no atendimento às demandas de serviços de reformas e pequenos reparos tem uma importância no atendimento das necessidades da Instituição, devido ao momento que a Instituição perpassa, tratando-se da consolidação dos seus espaços. Outro aspecto que justifica o uso do RDC é a redução do fracionamento de contratações, posto que os serviços estariam inclusos na presente ação, traduzindo numa consequente economia com a formalização de diversos procedimentos licitatórios e de contratação para o mesmo tipo de objeto.

A Diretoria de Infraestrutura optou por utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP). Essa **estratégia tem como premissas:**

- O SRP permite a contratação de uma empresa para a execução de diversos serviços comuns às reformas e ampliações necessárias para a instituição, cuja demanda para a execução de cada serviço obedecerá ao cronograma programado. Dessa forma, pretende-se racionalizar tanto a quantidade de processos licitatórios quanto o gerenciamento de contratos.
- Tendo em vista o momento atual de implantação e estruturação da nova universidade, incluindo a consolidação dos seus espaços, conforme citação acima, não há a possibilidade de se definir, com precisão, os locais e os quantitativos a serem executados, oriundos de projetos acadêmicos em desenvolvimento. O uso de tal ferramenta, por seu turno, permitirá as intervenções infraestruturais, bem como reestruturação, adaptação e reforma de ambientes e unidades acadêmicas e administrativas existentes, de modo a garantir seu funcionamento de forma satisfatória. A escolha do SRP visa, assim, minimizar os riscos de possíveis perdas de recursos



para a instituição, decorrentes do baixo grau de precisão na definição dos serviços que serão demandados, e sua consequente impossibilidade de previsão do quantitativo dos serviços a serem executados, racionalizando assim a utilização de recursos, sendo uma das possibilidades previstas em norma para a utilização do sistema aqui pretendido.

O uso do SRP, assim, se dá pela impossibilidade de se prever o quantitativo dos serviços a serem executados, tendo em vista o momento pelo qual passa a Instituição, ainda em fase de consolidação dos seus espaços físicos, consoante citação acima, não sendo possível se definir, com precisão, os locais e os quantitativos dos serviços a serem executados, havendo previsão legal para tal circunstância no Art. 89, *caput*, incisos I e IV, do Decreto 7.581/2011, que menciona:

“Art. 89. O SRP/RDC poderá ser adotado para a contratação de bens, de obras com características padronizadas e de serviços, inclusive de engenharia, quando:

I - pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; [...]

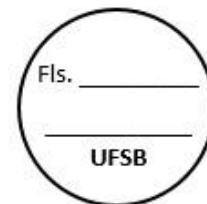
IV - pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração pública.”

Permite, ainda, a utilização de tal ferramenta, a contratação de uma empresa para a execução de diversas obras e serviços de engenharia, cuja contratação se dará à medida que o corpo técnico da UFSC tenha capacidade de analisar e aprovar o serviço executado pela contratada. Dessa forma, pretende-se racionalizar tanto a quantidade de processos licitatórios quanto o gerenciamento de contratos.

A licitação pretendida é uma das ações da Diretoria de Infraestrutura da UFSC para o cumprimento das atividades planejadas para 2019, proporcionando à comunidade acadêmica e administrativa espaços adequados para a realização das suas atividades, estando em consonância com o cumprimento da missão institucional desta Academia: produzir, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País e do estado da Bahia, além de promover a formação de profissionais qualificados para o mundo do trabalho, capazes de atuar na construção da justiça social e da democracia.

8 - DA NÃO ADOÇÃO DO IRP – INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

Quanto à não adoção da abertura de prazo para a Intenção de Registro de Preço, essa se justifica pela necessidade do órgão em concluir o processo com a maior brevidade possível, de modo a garantir a contratação em tempo de promover ajustes já existentes, localizados no campus de Porto Seguro, tratando-se de adequações em salas de aulas para acolher alunos para o próximo



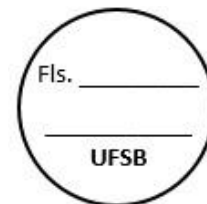
quadrimestre, de sorte que a possibilidade de mais prazo, além dos necessários ao atendimento dos interesses exclusivos da Instituição, pelo menos neste momento, comprometerá a eficácia da contratação futura a qual, embora não se tenha a devida precisão do *quantum* a ser executado, já se sabe de uma pequena demanda consideravelmente urgente que, uma propositura de licitação separadamente, de modo a alcançar tão somente esta necessidade urgente, é medida que não se julga eficiente, quando pode ser incluída ao presente processo.

9 - LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

9.1 A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do Contrato, inclusive por suas subcontratadas.

9.2. Na execução do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual e federal pertinente, independente de citação:

- 9.2.1.** Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI;
- 9.2.2.** Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA e do CAU;
- 9.2.3.** Código de Obras, Lei de Uso e Ocupação do Solo do município e Plano Diretor Urbano de cada obra a ser efetivada;
- 9.2.4.** Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- 9.2.5.** Normas das concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros;
- 9.2.6.** Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- 9.2.7.** Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- 9.2.8.** Normas internacionais específicas consagradas, se necessário;
- 9.2.9.** Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.
- 9.2.10.** Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6496/77;
- 9.2.11.** Obter junto à Prefeitura Municipal o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor;

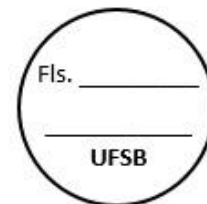


- 9.2.12.** Obter junto ao INSS o Certificado de Matrícula relativo ao objeto do contrato, de forma a possibilitar o licenciamento da execução dos serviços e reformas e ampliações, nos termos do Artigo 83 do Decreto Federal n.º 356/91;
- 9.2.13.** Apresentar à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início dos trabalhos, as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato, bem como o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, de conformidade com a Portaria N.º 4/95 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho e modificações posteriores;
- 9.2.14.** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços e reformas e ampliações objeto do contrato;
- 9.2.15.** Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei e no Caderno de Encargos, na condição de única e responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas e jurídicas direta ou indiretamente envolvidas nos serviços de reforma objeto do contrato;
- 9.2.16.** Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços de reforma.

10 - CONDIÇÕES GERAIS

10.1 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

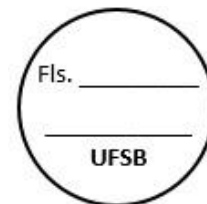
- 10.1.1** Antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e reformas e ampliações, em atendimento aos princípios e disposições da NR 18 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.
- 10.1.2** A Contratada fornecerá aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços e reformas e ampliações em execução.
- 10.1.3** A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as reformas e ampliações de materiais, entulhos e detritos em geral.



- 10.1.4** A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.
- 10.1.5** A Contratada manterá no canteiro de serviço equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma das disposições em vigor.
- 10.1.6** Caberá à Contratada comunicar à Fiscalização e, nos casos de acidentes fatais, à autoridade competente, da maneira mais detalhada possível, por escrito, todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços, inclusive princípios de incêndio.
- 10.1.7** Cumprirá à Contratada manter no canteiro de serviço medicamentos básicos e pessoal orientado para os primeiros socorros nos acidentes que ocorram durante a execução dos trabalhos, nos termos da NR 18.
- 10.1.8** Caberá à Contratada manter vigias que controlem a entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências do canteiro de serviço.
- 10.1.9** O Contratante realizará inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

10.2 MATERIAL TÉCNICO DISPONÍVEL, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

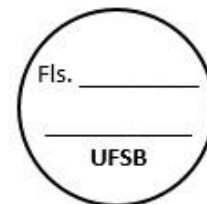
- 10.2.1** Os serviços somente serão realizados mediante emissão por parte da CONTRATANTE da “ORDEM DE SERVIÇO (O.S.)”, acompanhada do respectivo orçamento, o qual será aprovado pela chefia do setor correspondente, e demais documentos previstos;
- 10.2.2** Para subsidiar a execução dos serviços, a CONTRATANTE disponibilizará junto com à ORDEM DE SERVIÇO (O.S.), quando necessário, os seguintes documentos:
- a) Projetos Básico/ Executivo;
 - b) Memorial descritivo de serviços;
 - c) Especificações técnicas de serviços, materiais e equipamentos;
 - d) Planilha Orçamentária de serviços;
 - e) Cronograma Físico-financeiro quando o tempo de execução do serviços se estender por um período superior a 30 dias.
 - f) Fotografias da área de intervenção.
- 10.2.3** Demais documentos, caso sejam existentes, referentes à área objeto de intervenção, serão colocados à disposição da CONTRATADA, que se incumbirá de executar quaisquer conferências e/ou levantamentos que se fizerem necessários para o desenvolvimento do trabalho.



- 10.2.4** A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço;
- 10.2.5** O prazo para a execução do serviço constará expressamente na O.S, respeitando o grau de necessidade da Instituição, no que tange ao tempo a ser cumprido para o atendimento de cada demanda.
- 10.2.6** Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário;
- 10.2.7** Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo Fiscal do Serviço e/ou Gestor do Contrato;
- 10.2.8** O recebimento dos serviços que compõem cada Ordem de Serviço e orçamento dar-se-ão da seguinte forma:
- 10.2.8.1 PROVISORIAMENTE:** em até 15 (quinze) dias contados da data da comunicação, por escrito, da conclusão dos serviços pela CONTRATADA, mediante a lavratura de termo de recebimento provisório assinado pelas partes, após a realização de vistoria pela Fiscalização;
 - 10.2.8.2 DEFINITIVAMENTE:** em até 90 (noventa) dias contados do termo de recebimento provisório, mediante a lavratura de termo de recebimento definitivo, que será assinado pelas partes.
 - 10.2.8.3** Se no RECEBIMENTO PROVISÓRIO, ou após for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas;
 - 10.2.8.4** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados durante o período de garantia previsto para o serviço.

10.3 DA VISTORIA

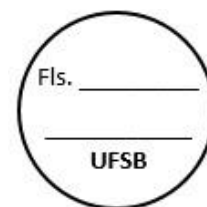
- 10.3.1** É RECOMENDÁVEL A REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA para o correto dimensionamento e identificação dos elementos necessários à elaboração de sua proposta, para reconhecimento do local e das condições das unidades da UFSC, sendo facultada aos licitantes a realização de algumas medições in loco.



- 10.3.2** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão.
- 10.3.3** A Declaração de Vistoria deverá ser emitida pelo representante legal e/ou responsável técnico da empresa, declarando estar ciente das condições atuais das unidades da UFSC, listadas no ANEXO IV, locais onde serão realizados os serviços objeto da presente licitação.
- 10.3.4** O licitante deverá apresentar declaração, conforme modelo disponibilizado no Edital, de que, por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim, vistoriou os locais onde serão realizadas as reformas, ampliações e pequenos reparos, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução e de condições locais, como mercado, clima, etc.

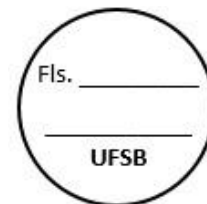
10.4 COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE

- 10.4.1** O acompanhamento e a execução dos serviços ficarão a cargo do Responsável Técnico, apresentado pela CONTRATADA quando da sua qualificação no processo licitatório. Caso ocorra, por qualquer razão, a impossibilidade de profissional acima referido de continuar à frente dos trabalhos, a empresa deverá, obrigatoriamente, apresentar novo profissional, cuja qualificação será avaliada pela Diretoria de Infraestrutura- DINFRA/PROPA/UFSC.
- 10.4.2** O Responsável Técnico (RT) somente poderá ser substituído por profissional com nível equivalente ou superior ao exigido por ocasião da licitação, com a prévia aprovação da Diretoria de Infraestrutura- DINFRA/PROPA/UFSC.
- 10.4.3** O Responsável Técnico indicado pela CONTRATADA, será responsável por coordenar, acompanhar e gerenciar o contrato como um todo, fornecendo ao CONTRATANTE os dados necessários de toda a equipe envolvida na execução do serviço.
- 10.4.4** A CONTRATADA deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação da Diretoria de Infraestrutura- DINFRA durante o período de execução dos trabalhos, para representá-la sempre que for necessário.
- 10.4.5** A CONTRATADA deverá contar com equipe de profissionais habilitados à execução das obras ampliações e reformas em questão, nas várias modalidades envolvidas, com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, quando necessário.
- 10.4.6** A Contratada deverá responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do Contrato.

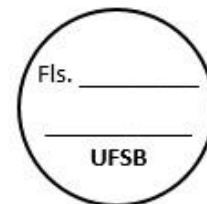


11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

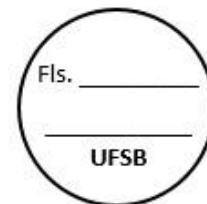
- 11.1.1** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.1.2** Prestar garantia contratual, conforme estabelecido neste Projeto Básico e na minuta do contrato;
- 11.1.3** Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.1.4** Devem ser relatados quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público.
- 11.1.5** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 11.1.6** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que já haviam sido aprovados pela UFSC;
- 11.1.7** Executar os serviços dentro do prazo previsto, contado a partir da data de emissão da “O.S.”
- 11.1.8** Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais e com este Projeto Básico e seus ANEXOS, prevalecendo, no caso de eventuais divergências, as disposições estabelecidas pela UFSC.
- 11.1.9** A Contratada deverá possuir ou providenciar os equipamentos, os materiais, os insumos, ferramentas, a mão-de-obra, os meios de transporte, e demais utensílios e itens necessários ao desenvolvimento de todas as etapas da reformas e ampliações;
- 11.1.10** Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a UFSC antes da execução dos serviços correspondentes.
- 11.1.11** A Contratada deverá providenciar junto ao CAU e ao CREA os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) e Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) referentes a todos os serviços e atividades técnicas objeto deste Projeto Básico, inclusive da Planilha Orçamentária. Esses custos devem estar previstos em sua proposta;
- 11.1.12** A Contratada deverá entregar, à UFSC, uma via dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) relativas à execução da reforma e/ou serviços.



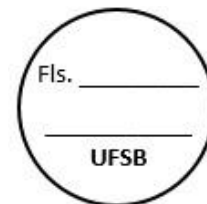
- 11.1.13** Toda a documentação a ser elaborada deverá contemplar critérios de sustentabilidade, pressupondo uma relação equilibrada com o ambiente em sua totalidade, considerando que todos os elementos afetam e são afetados reciprocamente pela ação humana. A sustentabilidade, portanto, diz respeito às escolhas sobre as formas de produção, consumo, habitação, comunicação, alimentação, transporte e também nos relacionamentos entre as pessoas e delas com o ambiente, considerando os valores éticos, solidários e democráticos. Deverão ser observadas as Leis, Decretos, Resoluções e Instruções Normativas indicadas a seguir e outra (s) pertinente (s): a) Instrução Normativa SLTI/MPOG nº.01, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade nas contratações na Adm. Pública Federal; b) Art. 3º da Lei nº.8.666/93 - alterado em 12/2010 com a inclusão de novo objetivo da licitação – Promoção do desenvolvimento nacional sustentável; c) Art.12 da Lei nº.8.666/93; d) Decreto nº.7.746, de 05 de julho de 2012 – Regulamenta o art.3º da Lei nº.8.666/93; e) A INSTRUÇÃO NORMATIVA MPOG/SLTI Nº 2, de 04 de junho de 2014; f) DECRETO Nº 9.450, DE 24 DE JULHO DE 2018; g) Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; h) Resolução CONAMA nº. 307, de 5 de julho de 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- 11.1.14** Instrução Normativa SLTI/MPOG nº.02, de 04 de junho de 2014 – Dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de conservação de Energia nos projetos e respectivos Edificações públicas federais novas ou que receberam retrofits;
- 11.1.15** Assegurar à Contratante, nos termos do artigo 19, inciso XVI, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008: a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações ou prévia autorização;
- 11.1.16** Os direitos autorais das soluções apresentadas nos projetos elaborados, suas especificações técnicas, toda documentação produzida e congêneres e todos os demais produtos gerados na execução do contrato, são de propriedade da CONTRATANTE. Fica proibida a sua utilização pela CONTRATADA, sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.1.17** Executar os serviços conforme Especificações constantes do Projeto, do Edital e seus ANEXOS e a sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 11.1.18** Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;



- 11.1.19** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico, no Edital ou na minuta de contrato;
- 11.1.20** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado;
- 11.1.21** Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como agendar, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, vistorias com vistas à obtenção de licenças e regularização dos serviços e reformas e ampliações concluídos (Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- 11.1.22** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas;
- 11.1.23** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência contratual;
- 11.1.24** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 11.1.25** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 11.1.26** Os trabalhos devem ser conduzidos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.1.27** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.1.28** Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496, de 1977;
- 11.1.29** Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso, o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

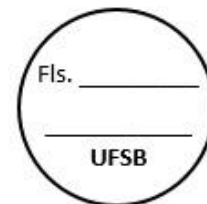


- 11.1.30** Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- 11.1.31** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso: a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais; b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata; c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.
- 11.1.32** Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 11.1.33** O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- 11.1.34** Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, para tanto obriga-se, sob pena de multa previstas neste termo/edital, a apresentar o seu plano de gerenciamento de resíduos da construção civil assinado pelo responsável técnico, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos: a) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; b) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; c) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em

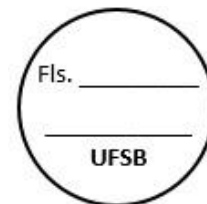


conformidade com as normas técnicas específicas; d) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

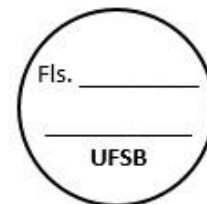
- 11.1.35** Em nenhuma hipótese a CONTRATADA, sob pena de multa e demais cominações legais, poderá dispor os resíduos originários da contratação nas áreas da UFSB, em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 11.1.36** Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n°s 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;
- 11.1.37** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental: a) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte; b) Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 11.1.38** Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 11.1.39** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.1.40** Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, seguindo as disposições do Edital e seus anexos;
- 11.1.41** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregados que sejam familiares de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante nos termos do artigo 7º do Decreto n°. 7.203 de 2010, que dispõe sobre a vedação no nepotismo no âmbito da administração pública federal;



- 11.1.42** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- 11.1.43** Os empregados da CONTRATADA devem ser mantidos devidamente uniformizados e identificados através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's.
- 11.1.44** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 11.1.45** Sempre que necessário, nos finais de semana (sábados e domingos), feriados ou dias de eventos, a CONTRATADA deverá mobilizar profissionais para execução de qualquer tipo de serviços licitados, para eventuais atendimentos que se fizerem necessários.
- 11.1.46** Executar os serviços que impliquem desligamentos de energia, de água e outros que possam comprometer o normal funcionamento da UFSB, nos dias ou horários em que não houver funcionamento na edificação, de comum acordo com a DINFRA.
- 11.1.47** Responsabilizar-se e providenciar, para a execução dos serviços, o deslocamento dos profissionais de sua equipe, sem ônus para a CONTRATANTE, para o atendimento dos serviços solicitados nas unidades da UFSB, listadas no ANEXO X- LISTA DE ENDEREÇOS: REITORIA, CAMPI E COLÉGIOS UNIVERSITÁRIOS - CUNIs.
- 11.1.48** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
- 11.1.49** Permitir acesso dos funcionários da CONTRATANTE às dependências da CONTRATADA para prestar inspeções periódicas nas instalações físicas para verificar o cumprimento das medidas de segurança adotada nos trabalhos e outras medidas necessárias à execução dos serviços e demais condições estabelecidas pela norma de segurança e saúde do trabalho, principalmente quanto aos equipamentos de segurança coletiva;
- 11.1.50** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução das reformas e ampliações;
- 11.1.51** Elaborar o Diário de Obras, incluindo, diariamente, pelo preposto responsável, as informações sobre o andamento dos serviços, tais como número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da reforma em relação ao cronograma previsto;
- 11.1.52** O Diário de Obras deverá ter capa resistente, todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial, de 01 (um) a 50 (cinquenta), em 3 (três) vias, e rubricadas pela fiscalização da Diretoria de Infraestrutura (DINFRA) da UFSB;



- 11.1.53** Ao final da reforma, o referido Diário será de propriedade da CONTRATANTE.
- 11.1.54** Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços realizados fora das especificações;
- 11.1.55** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993;
- 11.1.56** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 122 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.1.57** Reparar, refazer, substituir, às suas expensas, os trabalhos realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE;
- 11.1.58** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- 11.1.59** Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus daí decorrente;
- 11.1.60** Responsabilizar-se pelo comportamento e ações de seus empregados/colaboradores nas dependências da UFSB, inclusive pelo ressarcimento ao erário público, em caso de danos materiais;
- 11.1.61** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 11.1.62** Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de menor aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.1.63** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos

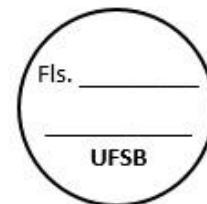


serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra;

- 11.1.64** Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 11.1.65** Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados;
- 11.1.66** Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços;
- 11.1.67** Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

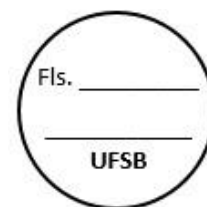
- 12.1.1** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Projeto Básico;
- 12.1.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.1.3** Cumprir fielmente as disposições do Contrato;
- 12.1.4** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.1.5** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 12.1.6** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.1.7** A Fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços será conduzida por um profissional especializado;



- 12.1.8** A presença do responsável pela fiscalização deverá ser contínua, devendo o mesmo estar em condições de prestar quaisquer esclarecimentos à CONTRATADA, a respeito dos serviços solicitados.
- 12.1.9** Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do contrato;
- 12.1.10** Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes;
- 12.1.11** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus anexos, especialmente as do Anteprojeto, incluindo o fornecimento de informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato por escrito quando for necessário;
- 12.1.12** Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, mediante comprovação de execução dos serviços, dentro das condições, prazos e vencimentos estabelecidos;
- 12.1.13** Analisar e atestar os documentos apresentados pela CONTRATADA, quando da cobrança pelos serviços prestados, em até 5 (cinco) dias úteis. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, os mesmos serão devolvidos à CONTRATADA para as devidas correções. A nova contagem de prazo para análise, o “ATESTO” e o pagamento recomençarão quando da reapresentação dos documentos devidamente corrigidos.
- 12.1.14** Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento parcial ou total dos termos do Contrato;
- 12.1.15** A UFSB não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada sem que tenha sido previamente autorizada;
- 12.1.16** À UFSB reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização sobre a entrega do objeto contratado e, ainda, aplicar multas ou rescindir o Contrato, caso a empresa descumpra quaisquer das cláusulas estabelecidas no mesmo;
- 12.1.17** Realizar reuniões com toda a sua equipe técnica presente, na DINFRA / Diretoria de Infraestrutura, na Universidade Federal do Sul da Bahia, sempre que esta solicitar.
- 12.1.18** Essas reuniões serão previamente agendadas e seu objetivo é apresentar e discutir o desenvolvimento dos trabalhos e seus ajustes.

13 DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1** O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este RDC.



13.2 Alterações contratuais serão processadas mediante termo aditivo ou apostilamento, se for o caso, devidamente justificado e autorizado pela CONTRATANTE.

13.3 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, até 25% (vinte e cinco por cento) para supressões e até 50% (cinquenta por cento) acréscimos do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 A CONTRATADA expressa concordância quanto à adequação deste projeto que integrará o Edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, conforme previsto no art. 13, inciso II do Decreto nº 7.983/13

14 DOS PAGAMENTOS

14.1 Os serviços serão pagos pelas quantidades efetivamente executadas, mediante aprovação pela Diretoria de Infraestrutura da Universidade Federal do Sul da Bahia.

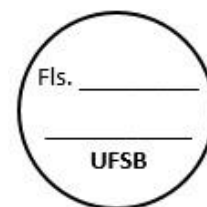
14.2 Os pagamentos dos serviços executados durante o mês serão pagos à CONTRATADA, mensalmente, no mês subsequente, no valor total das Notas Fiscais (NF) emitidas, correspondente aos serviços comprovados, juntando ao BOLETIM DE MEDIÇÃO, conforme modelo a ser fornecido pela DINFRA/UFSC, os seguintes documentos:

14.2.1 Ordem de Serviço (OS) autorizadas, condicionadas ao “ATESTO” do FISCAL DO CONTRATO, quando executados em conformidade, quanto ao prazo e ao valor, usando a referência descrita na planilha orçamentaria, resultante do lance ofertado pelo licitante vencedor;

14.2.2 Memória de Cálculo dos quantitativos;

14.2.3 A Memória de Cálculo de quantitativos deverá ser clara e precisa e expressar exatamente tudo o que efetivamente foi realizado, em conformidade com as exigências dos serviços, referindo-se às respectivas Ordem de Serviço (OS);

14.2.4 Boletim de Medição, com os registros dos quantitativos obtidos na Memória de Cálculo de Quantitativos e os custos unitários apurados com base na planilha orçamentária do licitante, composição do BDI apresentado pela contratada e o percentual de descontos ofertado pela CONTRATADA no processo licitatório;



14.2.5 Nos cálculos de custo do serviço devem estar previstos os deslocamentos e todos os demais custos previstos na legislação, assim como as taxas aplicáveis.

14.2.6 Memória fotográfica de todos os serviços executados e presentes no Boletim de Medição;

14.2.7 Cópia do DIÁRIO DE OBRAS referente ao período de medição dos serviços.

14.3 A CONTRATADA deverá comprovar, mensalmente, no ato da apresentação de cada fatura, o cumprimento referente ao mês antecedente, das obrigações abaixo, relativas aos empregados que estejam prestando serviços referentes ao objeto licitado:

14.3.1 Recolhimento da contribuição devida ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

14.3.2 Recolhimento do valor devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.4 É de inteira responsabilidade da licitante obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento, objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas;

14.5 Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contados a partir da data do ateste da nota fiscal recebida pela UFSB.

14.6 Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 78, da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

14.7 Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação à UFSB dos documentos hábeis de cobrança, nos termos e condições estabelecidas na minuta do Contrato deste EDITAL.

15 RESPONSÁVEL PELO PROJETO E UNIDADE FISCALIZADORA

Diretoria de Infraestrutura/PROPA da Universidade Federal do Sul da Bahia.

16 RESPONSÁVEL PELO ELABORAÇÃO DESTE PROJETO BÁSICO

Eng. Civil Livia Berti Sanjuan Farias

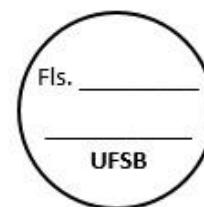
CREA-BA/ RNP: 050093858-0

Tel. 73 3616-6924

Eng. Civil Daniel Gonçalves Neto

CREA-BA/ RNP: 050746609-8 Tel. 73 3616-6924

Itabuna, 11 de março de 2019



RDC SRP Nº 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23746.001514/2019-91

ANEXO II – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias de do ano de, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ sob o nº 24.365.710/0001-83, através da Comissão Especial designada pela Portaria nº XX/2018-PROPA, de 04/07/2018, lavra a presente Ata de Registro de Preços – ARP, referente ao presente RDC eletrônico, nº **01/2019**, que tem como objeto “**Contratação de empresa especializada em engenharia para eventual prestação de serviços de reformas e pequenos reparos, para atender às necessidades da UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB) em sua Reitoria, nos campi e Colégios Universitários (CUNIS)**”, conforme especificações detalhadas no Projeto Básico anexo do presente Edital, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras insertas no [Dec. nº 7.892/2013](#), alterado pelo [Dec. nº 8.250/2014](#).

1 – DA VIGÊNCIA

1. Disposições relativas à Vigência.

1.1. A presente ata terá **validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura** e será disponibilizada no Portal de Compras do Governo Federal durante todo o período de sua vigência.

1.1.1. Não serão efetuados acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993](#).

2 – DO REGISTRO DE PREÇOS

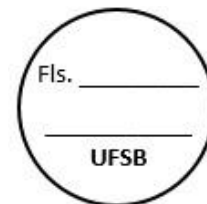
2. Disposições relativas ao Registro de Preços.

2.1. O preço registrado, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens do objeto ofertados pelas empresas, constantes deste registro de preço encontram-se contidos nas tabelas abaixo.

.....
Empresa:

.....
CNPJ:

Item	Quant	Unid.	Especificações	Marca	Preço Unitário (R\$)



--	--	--	--	--	--

2.2. Os preços e o(s) particular(es) fornecedor(es) ora registrados decorrem da classificação final do procedimento licitatório sobredito, o qual foi processado em estrita vinculação aos critérios estabelecidos no instrumento convocatório de tal certame.

2.3. O registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora deve seguir a sequência da classificação do certame;

2.4. O registro a que se refere o inciso acima, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos [arts. 20 e 21 do Decreto Federal nº 7.892/2013](#).

2.5. Nas contratações deverá ser respeitada a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços;

2.6. Deverá ser divulgada no portal de compras do Governo Federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata, o preço registrado com indicação dos fornecedores;

2.7. O preço, o fornecedor e o item deverão ser publicados em forma de extrato, na imprensa oficial, bem como disponibilizados todos esses dados e ainda a especificação dos produtos ofertados pela empresa no sítio [Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC](#), da Universidade Federal do Rio Grande do norte, endereço: <http://www.sipac.ufrn.br>.

3 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3. Disposições relativas às Condições de Fornecimento.

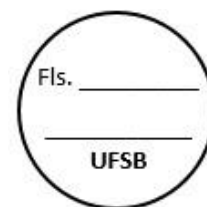
3.1. A UFSB, Órgão Gerenciador, representada pela Comissão Especial de Licitação, será responsável pelos atos de controle e administração desta ata, decorrentes do presente RDC, e indicará sempre que solicitada pelo órgão usuário, respeitada a ordem de registro, os quantitativos a serem contratados, bem como o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

3.2. A convocação do proponente pela UFSB, através da Comissão Especial de Registro de Preços, será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que o proponente convocado deverá comparecer para retirar o respectivo pedido.

3.3. O proponente que, convocado na forma do subitem anterior, não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata estará sujeito às sanções previstas no presente Edital e seus anexos.

3.4. Quando comprovada uma dessas hipóteses, a UFSB poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade.

3.5. O proponente que não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata estará sujeito às sanções previstas no respectivo Edital e seus anexos.



4 – CONTROLE E REVISÃO DE PREÇOS

4. Disposições relativas ao Controle e Revisão de Preços.

4.1. Durante a vigência da presente ata, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à UFSB promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea [“d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993](#).

4.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea [“d” do Inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993](#), a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o item da Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a UFSB convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado, conforme [art 18 do Decreto 7892/2013](#).

4.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, de acordo com o [§1º do art 18 do Decreto 7892/2013](#).

4.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a ordem classificação original, conforme [§2º do art 18 do Decreto 7892/2013](#).

4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá adotar as seguintes providências fundamentadas no [Art. 19 do Decreto 7892/2013](#), se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados:

4.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade ([Inciso I, art. 19, do Decreto 7892/2013](#));

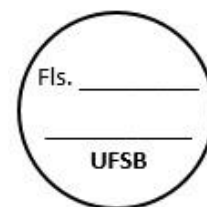
4.4.1.1. O pedido de fornecimento refere-se à Nota de Empenho–NE emitida a favor do fornecedor;

4.4.2. A veracidade dos motivos e comprovantes apresentados só será aceita mediante apresentação de documentos idôneos, como Notas Fiscais de aquisição pelo fornecedor que demonstre o desequilíbrio econômico-financeiro entre a época de realização do presente RDC e período atual;

4.4.2.1. As Notas fiscais devem refletir aquisições compatíveis com os quantitativos fornecidos parceladamente à UFSB;

4.5. Não havendo êxito nas negociações, a Administração procederá à revogação da presente ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa ([parágrafo único do art. 19 do Decreto 7892/2013](#)).

4.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que



deles poderão advir, facultando-se a realização da licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições, [art. 16 do Decreto 7892/2013](#).

4.7. Na hipótese prevista no item anterior, a contratação dar-se-á pela ordem do registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na presente ata.

5 – DA CONTRATAÇÃO

5. Disposições relativas à Contratação.

5.1. A existência deste Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações dos itens do objeto desta ata, sendo-lhe facultada, caso entenda conveniente, a realização de procedimento específico para a sua execução, sendo, porém, assegurado ao beneficiário deste registro a preferência na execução, em igualdade de condições.

6 – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6. Disposições relativas à Formalização da Contratação.

6.1. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada por intermédio de emissão de Nota de Empenho de despesa.

7 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7. Disposições relativas ao Cancelamento do Registro de Preços.

7.1. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente que prejudique o cumprimento da ARP, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados.

7.1.1. O proponente terá o seu registro de preço cancelado na presente ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

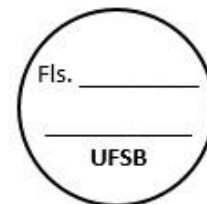
7.1.2. O cancelamento a pedido do proponente dar-se-á quando:

I. mediante solicitação por escrito, ele comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do presente Edital e de seus anexos, tendo em vista a ocorrência de fato superveniente, desde que a justificativa constante da solicitação seja razoável e aceita pela Comissão Especial de Registro de Preços;

II. o preço registrado por ele tornar-se comprovadamente inexequível em função da elevação no mercado dos preços dos insumos que compõem o custo do produto/serviço objeto do presente Edital.

7.1.3. O cancelamento unilateral por iniciativa da UFSC dar-se-á quando:

I. o proponente não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste preço tornar-se



superior àqueles praticados no mercado;

II. o proponente sofrer sanção prevista nos incisos [III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](#), caso em que o cancelamento será formalizado por despacho da Administração, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

III. o proponente registrado perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

IV. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

V. o proponente registrado não cumprir as obrigações decorrentes da presente ata, caso em que o cancelamento será formalizado por despacho da Administração, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

VI. o proponente não formalizar contrato decorrente da presente ata ou não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito, caso em que o cancelamento será formalizado por despacho da Administração, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

VII. o proponente não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da presente ata;

VIII. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na presente ata ou nos pedidos dela decorrentes;

IX. o proponente deixar de executar total ou parcialmente o contrato relativo ao presente Registro de Preços;

X. o proponente der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste Registro de Preços.

7.1.4. A comunicação do cancelamento de preços registrados, nos casos previstos no inciso I deste artigo, será efetuada pessoalmente ou por correspondência com Aviso de Recebimento – AR, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem a presente ata.

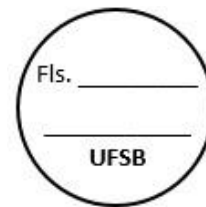
7.1.5. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a UFRN, através da Comissão Especial de Registro de Preços, fará o devido apostilamento na presente ata e informará aos proponentes a nova ordem de registro, convocando os demais licitantes de acordo com a ordem de classificação original.

7.1.6. A presente ata será cancelada automaticamente:

I. por decurso do prazo de vigência;

II. quando não restarem fornecedores registrados.

7.1.7. A revogação da presente ata será publicada em forma de extrato no DOU – Seção III.



8 – DO PROJETO BÁSICO

8. Disposições relativas às Partes Integrantes.

8.1. O *Projeto Básico* do presente RDC, constitui parte integrante da presente ata, sendo, portanto, de cumprimento obrigatório.

9 – DO FORO

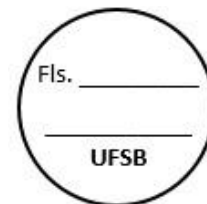
9.1. É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Itabuna, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Comissão Especial

.....
.....
.....

Empresas

.....
.....
.....



RDC SRP Nº 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23746.001514/2019-91

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

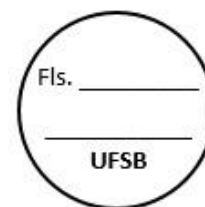
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº ____/____,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE
FEDERAL DO SUL DA BAHIA E A EMPRESA**

**REFERENTE À EXECUÇÃO DE REFORMAS E
PEQUENOS REPAROS, CORRESPONDENTES AO
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO
Nº01/2019.**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**, Instituição de Ensino Superior, sob a forma de Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, criada pela Lei Nº 12.818/2013, aqui denominada simplesmente UFSB, com sede na rodovia BR-415 Km-39, Centro Industrial, Itabuna, Estado da Bahia, CEP 45.613-000, CNPJ sob nº 18.560.547/0001-07, neste ato representada pela Magnífica Reitora _____, portadora da Carteira de Identidade sob o nº _____, emitido pela _____, inscrita no CPF/MF nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **Empresa** _____ sediado (a) na _____, nº _____ na cidade _____, bairro _____, no Estado _____, doravante designada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada pelo Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo(a) _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23746.001514/2019-91** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 10.192/2001, Instrução Normativa nº 02/2008 e na Lei nº 8.078, de 1991 – Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do RDC Eletrônico SRP nº 01/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada em engenharia para prestação de serviços de reformas e pequenos reparos para atender às necessidades da Universidade Federal do Sul da Bahia em sua reitoria, nos campi e colégios universitários (CUNIS), tudo de acordo com as exigências, condições, especificações e demais elementos constantes no Edital do RDC SRP 01/2019 e seus respectivos ANEXOS.



CLÁUSULA 2ª – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 75, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 2.2.** O prazo de execução dos serviços restará expresso em cada Ordem de Serviço, a ser expedida pela Diretoria de Infraestrutura da UFSB, o qual guardará correlação com o grau de complexidade e a necessidade da Instituição.

CLÁUSULA 3ª – DO PREÇO

- 3.1.** O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ _4.000.000,00 (quatro milhões).

Item	Descrição	Unid	Quant.		Preço total
1	Reformas e Pequenos Reparos	serviço	1		R\$ 4.000.000,00
Total					R\$ 4.000.000,00

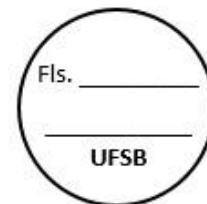
- 3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3.** O valor consignado neste Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção), calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ou outro que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA 4ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:
- Gestão/Unidade: xxxxxx Fonte: xxxxxxxx; Programa de Trabalho: 1xxxxxx Elemento de Despesa: xxxxxxxx.

CLÁUSULA 5ª – DO PAGAMENTO

- 5.1** Os dispositivos acerca dos pagamentos estão elencados no item 12 do Projeto Básico, anexo I.



CLÁUSULA 6ª – DA GARANTIA

6.1.A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução no valor de R\$ XXXXXXXX,XX (XXXXXXX), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas as condições previstas no Edital.

CLÁUSULA 7ª – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1.A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666/1993 e na Lei 12.462/2011, complementados, no que couber, com as regras da IN 05/2017 de Secretaria Geral do Ministério do Planejamento.

CLÁUSULA 8ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

8.1. As obrigações referentes à Contratada e à Contratante se encontram elencadas no item **10.5** e **10.6** do Projeto Básico, respectivamente.

CLÁUSULA 9ª – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

9.2. No caso de subcontratação parcial, essa depende de autorização prévia por parte do Contratante, à qual cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

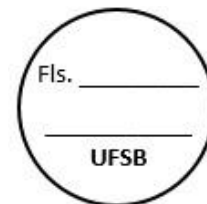
9.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9.4. São obrigações adicionais da CONTRATADA, em razão da subcontratação:

9.4.1. Apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

9.4.2. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

9.5. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.



CLÁUSULA 10ª – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA 11ª – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Os dispositivos acerca das sanções administrativas estão elencados no **item 28** do Edital.

CLÁUSULA 12ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

12.1. Os serviços contratados serão realizados por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Preço unitário.

12.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência poderá ser reduzida para preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

12.4. Os serviços adicionados ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverão apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da administração pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites previstos no §1º do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4.1. Nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.4.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 50% (vinte e cinco por cento).

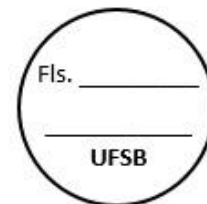
12.4.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

CLÁUSULA 13ª – DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO DAS REFORMAS

13.1. Os serviços serão executados na Reitoria, nos campi e CUNIs da UFSC.

13.2. O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

13.3. A execução contratual obedecerá ao cronograma físico-financeiro com a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das reformas, não



se aplicando, a partir da assinatura do contrato e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da planilha de formação do preço.

13.4.A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, conforme disposto no Projeto Básico e demais anexos do Edital.

13.5.A CONTRATADA deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços a serem prestados, conforme disposto no Projeto Básico e demais anexos do Edital.

CLÁUSULA 14ª – DAS VEDAÇÕES

14.1.É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA 15ª – DA RESCISÃO

15.1.O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

15.2.São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

15.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

15.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

15.2.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;

15.2.4. O atraso injustificado no início das reformas;

15.2.5. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

15.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

15.2.7. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

15.2.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº. 8.666, de 1993;

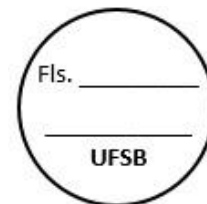
15.2.9. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

15.2.10. A dissolução da sociedade, ou decretação de falência da CONTRATADA;

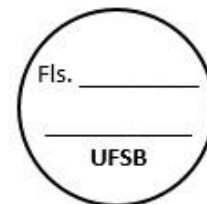
15.2.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

15.2.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

15.2.13. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993;



- 15.2.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas, desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 15.2.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- 15.2.16. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução das reformas, nos prazos contratuais;
- 15.2.17. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- 15.2.18. O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 15.2.19. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 15.3.A rescisão deste Contrato poderá ser:
- 15.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos itens 15.2.1 a 15.2.12, 15.2.17 e 15.2.18 desta cláusula;
- 15.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- 15.3.3. Judicial, nos termos da legislação.
- 15.4.A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 15.5.Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 15.2.12 a 15.2.17 desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
- 15.5.1. Devolução da garantia;
- 15.5.2. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
- 15.6.A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.
- 15.7.O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
- 15.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 15.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 15.7.3. Indenizações e multas.



CLÁUSULA 16ª – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS E DOS CASOS OMISSOS

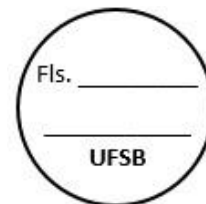
16. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
- 16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições constantes da Lei nº. 12.462, de 2011, do Decreto nº. 7.581, de 2011, da Lei nº. 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº. 3.722, de 2001, da Lei Complementar nº. 123, de 2006, do Decreto nº 2.271, de 1997, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e da Lei nº. 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA 17ª – DA PUBLICAÇÃO

17. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA 18ª – DO FORO

18. Fica eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Itabuna, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.



E por estarem assim, justas e acordadas, é lavrado o presente Termo Contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Itabuna-Ba, ____ de _____ de 2018

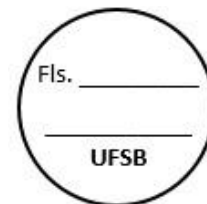
Representante Legal da CONTRATADA

Representante Legal da CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF: _____

Nome: _____ CPF: _____



RDC SRP Nº 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23746.001514/2019-91

ANEXO IV – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Itabuna, xx de xx de 2019.À Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

Comissão Especial de Licitação

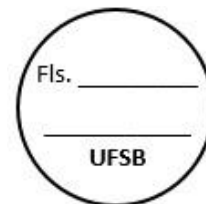
Rua Itabuna, s/n, Rod. Ilhéus-Vitória da Conquista, km 39, BR 415, Ferradas, Itabuna, Bahia.

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. S. nossa Proposta de Preços relativo ao RDC ELETRÔNICO: Nº. 01/2019 que trata de contratação futura de empresa especializada em engenharia para prestação de serviços de Reformas e Pequenos Reparos, para atender às necessidades da UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFSB) em sua Reitoria, nos campi e Colégios Universitários (CUNIS), assumindo inteira responsabilidade por qualquer erro ou omissão que venha a ser verificada na sua preparação. O preço global é de R\$ (xxxxxxx), conforme Planilha de Preços anexa. Declaramos que em nossa proposta estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, fretes, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infortunística do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa das obras civis e das obras complementares, bem como nosso lucro, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à UFSB. Comprometemo-nos a executar os eventuais serviços não constantes do Edital, mas inerentes à natureza dos mesmos. Estes serviços serão pagos por orçamento elaborado pela nossa empresa, e aprovado pela UFSB, antes da execução dos mesmos. O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias consecutivos a contar do dia da apresentação dos documentos de habilitação e propostas. Acompanha a nossa Proposta de Preço os documentos previstos neste Edital, bem como todos os demais julgados oportunos para perfeita compreensão e avaliação da proposta. Utilizaremos os equipamentos e equipes técnicas que forem necessárias para a perfeita execução da obra, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim o exija a fiscalização da UFSB, para o cumprimento das obrigações assumidas. Na execução das reformas, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileira ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da UFSB, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.

Atenciosamente,

(Nome e assinatura do Responsável Legal da empresa licitante)



RDC SRP Nº 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23746.001514/2019-91

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

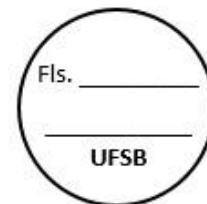
A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede à rua _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF/MF nº _____, para os fins de habilitação no RDC Eletrônico no. 01/2019, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a Instrução Normativa de nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG).

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2018.

REPRESENTANTE LEGAL

OBS.: Esta declaração deverá ser enviada juntamente com as demais documentações habilitatórias, conforme solicitação do pregoeiro, após a fase de lances.



RDC SRP Nº 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23746.001514/2019-91

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA AOS LOCAIS DA EXECUÇÃO DAS REFORMAS E DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DA LICITAÇÃO

A (a empresa licitante), por seu(s) Representante(s) Técnico(s) infra-assinado(s), DECLARA que recebeu da UFSC toda a documentação relativa ao RDC ELETRÔNICO: Nº. XX/2019, composto do Edital e seus elementos constitutivos, e que visitou o local onde se realizará a execução das reformas objeto desta licitação, tendo tomado conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução das obras e dos serviços, como mão de obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos, condições geológicas, morfológicas, edafológicas e climatológicas.

....., dede 2019.

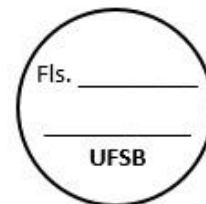
(nome da empresa)

(Nome do Responsável Técnico, carimbo e assinatura)

Engenheiro CREA -..... V I S T O:

(Nome, e assinatura do Responsável Legal da empresa licitante)

NOTA: Por força do Acórdão nº. 906/2012 – Plenário/TCU, CASO A LICITANTE NÃO REALIZE A VISTORIA TÉCNICA, DEVERÁ APRESENTAR, EM SUBSTITUIÇÃO AO ATESTADO DE VISTORIA, DECLARAÇÃO FORMAL, QUE TEM PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES INERENTES À NATUREZA DOS TRABALHOS, E SOBRE O LOCAL DO SERVIÇO, ASSUMINDO TOTAL RESPONSABILIDADE POR ESTA DECLARAÇÃO, FICANDO IMPEDIDA, NO FUTURO, DE PLEITEAR POR FORÇA DO CONHECIMENTO DECLARADO, QUAISQUER ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, DE NATUREZA TÉCNICA E/OU FINANCEIRA.

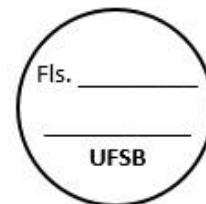


RDC SRP Nº 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23746.001514/2019-91

ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE REFERÊNCIA

Devido à extensão do documento, a Planilha orçamentária de referência ficará disponível no sitio oficial da Universidade por meio do link <https://www.ufsb.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes>

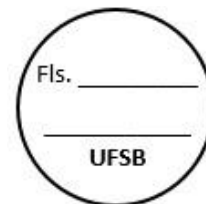


RDC SRP N° 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23746.001514/2019-91

ANEXO VIII – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI

Para melhor visualização, a Planilha de composição do BDI está disponível no sitio oficial da Universidade por meio do link <https://www.ufsb.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes>

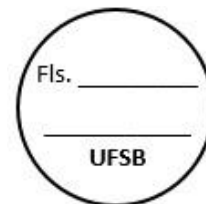


RDC SRP N° 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23746.001514/2019-91

ANEXO IX – MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

Para melhor visualização, a Planilha de composição de encargos sociais está disponível no sitio oficial da Universidade por meio do link <https://www.ufsb.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes>



RDC SRP N° 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

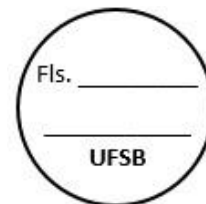
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23746.001514/2019-91

ANEXO X – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Para melhor visualização, o arquivo que contém as informações de especificações técnicas está disponível no site oficial da Universidade por meio do link <https://www.ufsb.edu.br/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes>

Para ter acesso, basta seguir os seguintes passos:

Acesso à informação > Licitações e Contratos > Pregões > Pregão n° 05/2019



RDC SRP Nº 01/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23746.001514/2019-91

ANEXO XI – LISTA DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES DA UFSC

REITORIA

Rua Itabuna, s/n, Rod. Ilhéus – Vitória da Conquista,
km 39, BR 415, Ferradas, Itabuna-BA, CEP 45613-204
Fone: (73) 3613-5497

CAMPUS JORGE AMADO – ITABUNA

Rua Itabuna, s/n, Rod. Ilhéus – Vitória da Conquista,
km 39, BR 415, Ferradas, Itabuna-BA, CEP 45613-204
Fone: (73) 3211-8749

CAMPUS SOSÍGENES COSTA – PORTO SEGURO

Rodovia Porto Seguro – Eunápolis-BA
BR-367 – km 10 – CEP 45810-000
Fone: (73) 3288 8400/ 3288- 8430 (Apoio Acadêmico)

CAMPUS PAULO FREIRE – TEIXEIRA DE FREITAS

Praça Joana Angélica, 250, bairro São José
Teixeira de Freitas – BA, CEP: 45988-058
Fone: (73) 3291-2089 / 3292-5834